

JUNHO 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler, Beat Weber, Pacheco Ilinga, Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar, Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Crédito adicional é de dois biliões de dólares.....	1
1.2 Plano visa aumento da empregabilidade.....	1
1.3 Fundações devem apoiar o desenvolvimento economico do País.....	2
1.4 Empresas plantam 150 hectares de milho em Malange.....	2
1.5 Preços variam 0.81 por cento em Luanda.....	2
1.6 FAS investe USD 120 milhões em projectos socio-económicos.....	3
1.7 Instituição Canadiana quer abrir um Banco.....	4
1.8 Barril de petroleo fecha acima dos 72 dolares.....	4
1.9 Créditos bancários atingem kz. 170.6 biliões.....	4
1.10 BNA e USAID cooperam na expansão do crédito.....	5
2 Mercado Informal e Microfinanças	6
2.1 O GPL tem fiscais ou gatunos.....	6
2.2 Quem rouba os milhões do Roque.....	6
2.3 Vai aonde o Kumbú da contribuição.....	7
2.4 Quem manda pode, quem não manda obedece.....	7
2.5 Roque Santeiro: prostitutas, dinheiro e prazer.....	8
2.6 Investidores ensaiam micro-credito.....	9
2.7 O fim do mercado Roque Santeiro.....	9
2.8 Mulheres rurais no Kuanza-Sul querem micro-credito.....	11
2.9 Venda ambulante foi tema de reflexão no rangel.....	11
3 Governação e Descentra-lização	12
3.1 PR realça importância da cooperação com a China.....	12
3.2 Governo estuda politica de combate á violência contra menores.....	12
3.3 Governo do Bié vai ter escola de formação profissional.....	13
3.4 Refugiados Angolanos na RDC serão repatriados.....	14
4 Eleições e Educação Cívica	15
4.1 PR analisa eleições com líderes da oposição.....	15
4.2 DW forma promotores eleitorais no Huambo.....	15
4.3 Porta-voz da CNE recomenda jornalista a cumprir legislação eleitoral.....	16
4.4 CNE propõe Registo eleitoral so entre agosto e outubro.....	16
4.5 Eleições para que vos quero.....	17
4.6 PN forma agentes em direitos humanos e educação cívica.....	18
4.7 Jornalistas debatem cobertura eleitoral.....	18
5 Educação, Juventude e Criança	19
5.1 Centro de apoio aos estudantes do Huambo.....	19
5.2 GPL vai implementar mais centros escolares.....	20
5.3 Crianças no Kuanza-sul pedem mais escolas e Hospitais.....	20
5.4 Apresentado primeiro diccionario de língua gestual em Benguela.....	21
5.5 Mais de tres mil funcionarios da educação serão promovidos em Luanda.....	21
5.6 Jovens pouco interessados em questões eleitorais na SACD.....	22
5.7 Quem desviou o salario dos professores.....	22
5.8 Direito da criança domina mesa redonda.....	23
6 Terra, Habitação e Urbanização	24
6.1 Populares aguardam pelas indemnizações.....	24
6.2 Militares da UGP atacam populares no Cochi.....	24
6.3 Governo aprecia plano de fomento da politica habitacional.....	25
6.4 Para quem serão construidas as 200 mil casas.....	26
6.5 Futungistas querem construir 200 mil casas.....	27

7 Serviços Básicos	28
7.1 Reabilitação da rede eléctrica no Namibe custa 25 milhões de dólares	28
7.2 Assistência sanitária encarece na capital	28
7.3 Banco Mundial satisfeito com projecto Catoca	28
7.4 Vila do seles terá água potável dentro de 3 meses	29
7.5 Governo garante que epidemia da colera esta em franca descida	29
7.6 São Paulo esta uma vergonha	30
8 Paz e Reconciliação	32
8.1 Reassentados mais de três mil ex-refugiados em Benguela e na Huíla	32
8.2 Pretensão de Luanda extinguir Mpalabanda não surpreendeu.....	32
8.3 Repatriamento de mais de 50 mil Angolanos marca dia mundial dos refugiados.....	34
8.4 Refugiados Angolanos na RDC serão repatriados.....	34
8.5 Cabinda ja tem novo Bispo catolico.....	35

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Crédito adicional é de dois biliões de dólares

Agnop...21-06-06

O governo da República Popular da China acaba de conceder, a Angola, através do Eximbank, um crédito adicional de dois biliões de dólares, para o seu programa de reconstrução e de desenvolvimento nacional.

O anúncio foi feito hoje pelo próprio presidente do Eximbank, Yang Zilin, à saída de uma audiência com o primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos. Yang Zilin disse que o encontro, em que também participou o ministro angolano das Finanças, José Pedro de Morais, serviu, fundamentalmente, para uma troca de impressões acerca da participação chinesa nos esforços de reconstrução de Angola.

Esta participação faz-se sentir, essencialmente, nesta primeira fase, na construção, reparação e reabilitação das principais infra-estruturas rodó e ferroviárias, como pontes, estradas e caminhos-de-ferro, instalações hospitalares e outras obras no ramo da construção civil.

De recordar que os governos de Angola e da China assinaram terça-feira, em Luanda, vários acordos destinados ao reforço da cooperação bilateral, entre os quais um Memorando de Entendimento sobre a concessão de um Crédito Adicional. O facto ocorreu no final das conversações oficiais entre delegações dos dois países, lideradas pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e pelo primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, no âmbito da visita oficial de 24 horas deste a Angola, terminada hoje.

Em Março de 2004, recorde-se, as autoridades chinesas, através do Eximbank, concederam um crédito a Angola, no valor de 2,4 biliões de dólares que, em grande medida, veio impulsionar o programa de reconstrução nacional.

1.2 Plano visa aumento da empregabilidade

Jornal de angola...21-06-06

O Governo de Angola acaba de gizar um Plano Nacional de Emprego e Formação Profissional que visa, entre outros objectivos, melhorar quantitativa e qualitativamente a formação inicial e contínua e promover o desenvolvimento dos recursos humanos para reforço da empregabilidade.

O plano tem também como objectivo aumentar os níveis de escolaridade e qualificação profissional, através de acções tendentes à melhoria do sistema de educação e formação profissional. Outro pilar de sustentação do referido plano é o reforço da aplicação das políticas, medidas e programas de emprego, com a participação activa dos vários sectores económicos e parceiros sociais.

A estratégia visa igualmente desenvolver a iniciativa e o espírito empresarial, para incremento das possibilidades de criação de emprego e das capacidades e competências da classe empresarial. Outro propósito que o plano persegue é o de reforçar a igualdade de oportunidades, priorizando medidas e programas conducentes à inserção sócio-profissional, à justiça social e à integração no mercado de trabalho dos segmentos da população mais desfavorecidos.

No âmbito da identificação das prioridades mais objectivas que determinam a selectividade dos factores indispensáveis à produtividade e competitividade, é fundamental que em termos de políticas, se considerem aspectos conforma dores do plano, constantes da legislação sobre a matéria e em consonância com o Programa Geral do Governo para o biênio 2005/2006 e 2007/2008.

1.3 Fundações devem apoiar o desenvolvimento económico do País

Jornal de Angola... 17-06-06

As fundações angolanas devem começar a envidar esforços na realização de actividades que apoiem o Governo angolano no sentido de se criarem as condições necessárias para um desenvolvimento sócio-económico sustentável. Estas declarações foram feitas ontem, em Luanda, pelo presidente do Conselho de Administração da Fundação Sagrada Esperança, Afonso Van-Dúnem "Mbinda".

Segundo este responsável, que falava durante o I Encontro de Fundações Africanas, ocorrido na sede da Fundação Sagrada Esperança, deve-se começar a aproveitar o momento aurífero trazido por estes quatro anos de paz que o país atravessa, para desenvolvê-lo, principalmente nos sectores produtivos. O reforço institucional e a colaboração com outras fundações mais experientes é assim, de acordo com Afonso Van-Dúnem "Mbinda", um dos melhores passos rumo a este desenvolvimento, tão almejado por todos os angolanos.

Esta colaboração deve ser estendida também, segundo ele, à elaboração de projecto, principalmente nos domínios da educação, cultura, ciência, na partilha de conhecimentos e na mobilização de recursos para resolução dos problemas que afligem as sociedades de cada um dos países presentes no encontro, nomeadamente África do-sul, Mali, Cote d'Ivoire, Níger e Cabo-Verde. Para Afonso Van-Dúnem "Mbinda", em algumas sociedades democráticas as fundações e outras organizações civis são constantemente chamadas a empenhar um papel preponderante no exercício da cidadania rumo ao progresso social e económico.

"Apesar da diversidade cultural e dos diferentes níveis de desenvolvimento dos países africanos, urge que as organizações desta natureza reforcem o sentido e a cultura funcional que o continente africano necessita em prol do desenvolvimento de uma África multifacética", avançou. O encontro, cujo término ocorreu também ontem, teve igualmente como objectivo a troca de experiências entre as organizações participantes e a identificação dos aspectos comuns que contribuam para a consolidação da paz, democracia e da justiça social nos seus respectivos países. O evento realizado pela Fundação Sagrada Esperança, em colaboração com a sua congénere francesa Jean-Jaures, contou com a presença de instituições de cinco países africanos, nomeadamente, a Fundação Stalwart

Research Trust (África do Sul), a Harris Mémel Foté (Cote d'Ivoire), Kadari Bamba (Mali), Inoussa Kéllissi (Níger) e o Instituto para a Democracia e Progresso (Cabo-Verde).

A Fundação Sagrada Esperança, recorde-se, é uma instituição de direito angolano com autonomia administrativa e financeira constituída em Julho de 1998 e prossegue fins gerais de natureza educativa, cultural e científica com vista a contribuir para o desenvolvimento económico e social do país.

1.4 Empresas plantam 150 hectares de milho em Malange

Jornal de Angola... 12-06-06

Uma fazenda com 500 hectares, onde já estão plantados mais 150 hectares de milho e 22 de feijão, é o novo desafio das empresas Sodeme (Sociedade Agropecuária de Malanje), no Nordeste de Angola e Xyami, empresa comercial.

Segundo Agostinho José, responsável da Sodeme, existe uma parceria entre as duas empresas, que tem como objectivo aperfeiçoar a qualidade da produção nacional, numa altura em que o país prima por um maior e melhor desenvolvimento.

O responsável acrescentou ainda que, apesar das dificuldades que tiveram por falta de chuvas e material de trabalho, será possível mandar para Luanda, toda a gama de produto já empacotado. Herberto Agostinho, o administrador da Xyami, frisou que esta primeira campanha, iniciada no princípio do ano, visa apenas à obtenção de sementes de qualidade por forma a que na próxima colheita se possa iniciar a produção em quantidades suficientes, a fim de se passar à fase de industrialização.

"Esse projecto tem a finalidade de acabar com a importação de produtos comercializados pela Xyami, produzindo-os e embalá-los a nível local", afirmou.

1.5 Preços variam 0.81 por cento em Luanda

Jornal de Angola... 30-06-06

O Índice de Preço ao Consumidor (IPC), da cidade de Luanda, registou uma variação de 0,81 por cento entre os meses de Abril e Maio, tendo sido influenciado pelo aumento das classes de vestuário e calçado, com 2,24 por cento (%).

De acordo com um documento do Instituto Nacional

de Estatística (INE), as classes vestuário e, calçado registaram a maior subida, devido ao aumento do preço de calças para crianças, com 5,88%, vestidos com 4,74%, fato com 4,44%, ténis 3,36%, blusas 3,09%, calçado de cabedal para homem 2,78% e saias com 2,51 %. Destaca-se também o aumento dos preços verificados nas categorias de alimentação e bebidas não alcoólicas, com 1,5%, habitação, água, electricidade e combustíveis, com 0,71 %, lazer, recreação e cultura com 0,71 % e saúde com 0,33%.

Entretanto, variação homóloga situa-se agora em 13,20%, significando ter havido uma descida de 0,53 pontos percentuais em relação aos meses anteriores. Das classes avaliadas, duas apresentam taxas de um dígito, sendo as categorias de vestuário e calçado as que apresentam a taxa mais elevada com 2,24%, enquanto as restantes apresentam taxas inferiores a um. As classes de alimentação e bebidas não alcoólicas, embora não sejam as que apresentam a taxa mais elevada, foram as que mais contribuíram para o aumento do nível geral de preços, seguida das classes de "vestuário e calçado", "habitação, água, electricidade e combustíveis", "lazer, recreação e cultura".

Angola voltou a ser o principal fornecedor de petróleo da República Popular da China depois de as suas exportações terem aumentado 40 por cento em Maio, revelam dados divulgados, ontem, em Macau. De acordo com os dados do "Business in Africa", divulgados pela agência local Macauehub, Angola forneceu à China 11,2 milhões de toneladas de petróleo, cerca de um quinto das suas importações totais nos primeiros cinco meses do ano.

Angola, que produz cerca de 1,4 milhões de barris por dia, fornece à China mais de 500 mil barris por dia, sendo o segundo parceiro comercial chinês em África com trocas comerciais que em 2005 ascenderam a 7 mil milhões de dólares. O Governo chinês, através do seu Export-Import Bank, já concedeu mais de 4 mil milhões de dólares em empréstimos a Angola para a reconstrução do país afectado por mais de 27 anos de guerra.

1.6 FAS investe USD 120 milhões em projectos socio-económicos

Jornal de Angola... 23-06-06

CERCA de 120 milhões de dólares norte-americanos serão investidos, num prazo de quatro anos, a nível de algumas províncias do país, pelo Fundo de Apoio Social (FAS), anunciou a sua directora executiva adjunta, Henda Ducados.

A directora executiva adjunta do FAS anunciou estes dados no último fim-de-semana, no acto de apresentação da sua delegação ao conselho da província do Kuando Kubango, para a futura criação das condições de instalação de uma representação provincial do FAS naquela região. Henda Ducados disse que a sua deslocação e a do director provincial do Fundo de Apoio Social do Cunene, Amónio Malguco, ao Kuando Kubango, visou também explicar as acções a efectuar e a necessidade de responder ao governo local quanto ao apoio que dará ao comité a criar.

O FAS III, a ser executado de 2003.2007, tem como objectivos alcançar, melhorar e expandir a utilização de infra-estruturas sociais básicas e económicas, aplicando uma abordagem de desenvolvimento dirigido pela comunidade, entre outras acções. No sector da Educação serão implementados 710 projectos, na Saúde 130, água e saneamento básico mil 250, infraestruturas económicas, 200, e 55 em diversos outros. A província do Kuando Kubango, os projectos serão desenvolvidos nos municípios de Menongue e de Kuchio. No âmbito das suas actividades, aquela organização, autónoma financeiramente, conta já com duas fases. A primeira decorreu de 1994 a 2000 e a segunda de 2000 a 2003. Estas fases foram executadas nas províncias de Luanda, Cabinda, Zaire, Bengo, Kwanza-Sul, Benguela, Huíla, Bié, Huambo, Namibe e Cunene.

Na primeira fase do FAS I foram desembolsados, pelo Banco Mundial, Governo angolano e outros doadores como a Itália, Suécia e o Japão, cerca de 30.703.468,72 dólares norte-americanos, empregues em 687 projectos, tendo sido beneficiadas 924 mil 730 pessoas. Já no FAS II foram desembolsados 40.652.305,92 dólares, tendo sido concretizados 979 projectos, a formação de 1.443 pessoas e 1.4 77 .463 Populares beneficiadas em outras acções.

Para a terceira fase, as províncias a abranger com projectos de vária índole são as do Uíje, Kwanza-Norte, Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Kuando Kubango e Moxico. No acto de apresentação da delegação do FAS, o governador do Kuando Kubango, João Baptista Tchindandi, agradeceu o gesto, tendo sublinhado que a sua presença na região e o alargamento das actividades no interior do país poderão ajudar o Governo na resolução dos problemas que afectam as populações.

Para ele, o FAS constitui, nesta fase de paz, um parceiro muito preponderante do Governo, na criação de condições básicas para as populações, enquadradas nas

diversas comunidades. O FAS em Angola existe desde 28 de Outubro de 1994, pelo decreto executivo do Conselho de Ministros nº 44/94 e encontra-se sob tutela do Ministério do Planeamento.

1.7 Instituição Canadiana quer abrir um Banco

Jornal de Angola... 18-06-06

A "Development International Desjardins", uma instituição financeira canadiana, pretende abrir uma representação bancária na província do Kwanza-Sul, para a concessão de microcrédito aos agentes ligados à actividade de pesca e agricultura na região.

A informação foi prestada, na cidade do Sumbe, pela encarregada de projectos da instituição, Marisol Quirion, no final de um encontro com pescadores e agricultores da comuna do Kicombo. Segundo a gestora, pretendem com a implementação do projecto beneficiar pessoas com dificuldades de acesso aos serviços bancários e que tenham capacidade para o reembolso dos valores a serem disponibilizados. Enalteceu o contributo da Fundação Eduardo dos Santos (FESA) de onde têm recebido apoios, com o propósito de outras 10 províncias beneficiarem do projecto.

Com 100 anos de existência, a instituição financeira canadiana tem a sua sede na província de Quebec, Canadá, e trabalha no fornecimento da capacidade de actuação de empreendedores dos países em desenvolvimento.

1.8 Barril de petróleo fecha acima dos 72 dólares

Jornal de Angola... 28-06-06

O crude atingiu ontem, pela primeira vez em duas semanas, os 72 dólares em Nova Iorque, perante especulações de que o ritmo de procura de gasolina vai reduzir as reservas de petróleo. O crude em Nova Iorque cresceu 0,33 por cento para os 72,04 dólares. A última vez que este barril negociou acima dos 72 dólares foi a 12 de Junho.

Em Londres, o «brent» estava mais caro em 0,25 por cento e cotava nos 70,91 dólares, dando sequência aos ganhos do dia anterior, altura em que o barril ganhou mais de 1 por cento. Hoje, o Departamento de Energia norte-americano deverá anunciar que os inventários de petróleo aumentaram em 400 mil barris na semana passada, o que a confirmar-se será o segundo menor aumento contabilizado nos últimos dois meses.

As reservas de gasolina também devem dar sinais de escassez, um cenário que explica a valorização de mais de 9 por cento dos preços do combustível nas últimas cinco sessões. Enquanto isso, as bolsas de Nova Iorque abriram em alta ligeira, terça-feira, evidenciando expectativa para dados relativos à confiança dos consumidores pelo Conference Board, após o início de sessão. O índice industrial Dow Jones iniciou a negociação com variação positiva de 0,08 por cento, nos 11.054,01 pontos, enquanto o Nasdaq cresceu 0,12 por cento, para cotar 2.136,29 pontos.

Os operadores defendem que até à decisão de uma eventual subida dos juros na próxima quinta-feira (FED deverá decretar nova subida da taxa de referência para 5,25%), o mercado vai manter atitude defensiva.

1.9 Créditos bancários atingem kz. 170.6 biliões

Jornal de Angola... 09-06-06

O volume de crédito do sistema bancário atingiu 170,6 biliões de kwanzas (mais de 2 biliões de dólares), até Março último, contra os 56,4 biliões registados em 2003, conforme revela uma nota do Banco Nacional de Angola (BNA).

A nota foi emitida na sequência de uma reunião realizada ontem, em Luanda, entre o Conselho de Administração da instituição e representantes dos vários bancos que operam no sistema bancário angolano, visando apresentar a evolução da situação económica do país no ano de 2005, bem como perspectivar as futuras acções do BNA na condução da política monetária e cambial.

De acordo com a fonte, 62,65% do volume destinaram-se a particulares, 17,36% ao comércio a grosso e a retalho e 5,74% à construção. A par disso, no decurso de 2005, registou-se igualmente uma estabilidade no domínio cambial, sendo que essa estabilidade se mantém desde Outubro de 2005, registando o mês de Maio último uma apreciação apenas de 0,003%, contra uma depreciação de 0,93% em igual período de 2005. De Janeiro a Maio de 2006, a depreciação acumulada da taxa de referência foi de 0,52%, contra 3,89% em igual período do ano anterior. Assistiu-se também ao fortalecimento do mercado de títulos públicos, reflectido na queda das taxas de juro dos mesmos no mercado monetário.

No que diz respeito à evolução dos depósitos do sistema bancário, constata-se que houve uma evolução

significativa, sendo que do ano 2003 a Março último, registou-se um incremento de 296.5% e 147.9%, em moeda nacional e em estrangeira, respectivamente.

O encontro foi aberto por Amadeu Maurício, governador do BNA, tendo sido entretanto conduzido pelo vice-governador, Rui Miguéis, sob quem recaiu a responsabilidade de esclarecer a pia teia sobre as diferentes preocupações levantadas. A primeira parte da agenda de trabalho foi dedicada a uma apresentação sobre a "Situação e Perspectivas da Economia Angolana", realizada pelo director de Estudos e Estatísticas, Dr. Ramos da Cruz. A economia angolana em 2005 registou um crescimento global de 20,6%. Este crescimento foi induzido principalmente pelo crescimento do PIB do sector petrolífero 26,6%, seguindo-se o crescimento dos sectores, de energia. 17,4%, agricultura 17%, construção civil 16,9% e dós diamantes 16,2%.

Para a forte, existe uma tendência para a queda da inflação, sendo que a taxa de inflação homóloga actualmente é de cerca de 14%, a julgar pelo Índice de Preço ao Consumidor (IPC) de Abril de 2005 a Abril de 2006. A segunda parte do encontro foi ontem dedicada à explicação dos objectivos do. BNA, enquanto banco central, no que diz respeito à condução da política monetária para o ano corrente.

Os participantes reconheceram os objectivos e o papel do Banco central na condução da política monetária e cambial, bem como na supervisão do sistema bancário nacional.

1.10 BNA e USAID cooperam na expansão do crédito

Jornal de Angola... 14-06-06

O Banco Nacional de Angola (BNA) e a Agência norte-americana para o Apoio ao Desenvolvimento (USAID) rubricaram ontem, em Luanda, um protocolo de cooperação para a expansão do acesso ao crédito.

O acordo, rubricado pelo governador do BNA, Amadeu Maurício, pela embaixadora dos Estados unidos, Cynthia Efird, e Jor Diana Swain, representante da Usaid em Angola, tem, dentre outros objectivos, avaliar a situação do acesso ao crédito no país e definir e identificar as prioridades.

O programa pretendido incide no aumento da mediação para empresários activos economicamente em segmentos de mercado que estão mal providos e que precisem de capital para se desenvolverem. Para o

governador do BNA, o acordo, cujos trabalhos para a sua materialização já tiveram início, temem vista a facilitação do acesso ao crédito à toda a população bem como à instituições bancárias e não só.

Na mesma esteira, "vamos ter que diagnosticar completamente todo o nosso sistema, comparando-o com todos os outros, para sabermos se ele está de acordo com as práticas universais", disse Amadeu Maurício, em alusão ao trabalho que se leva acabo para a identificação de iniciativas mais adequadas para o acesso ao crédito.

Por sua vez, a embaixadora americana indicou que o referido acordo significava a continuação da colaboração dos Estados Unidos na área de financiamento e banca, numa altura em que os EUA estão apostados no investimento ao sector petrolífero. Para Cynthia Efird, este acordo tem um grande significado porque visa identificar as prioridades e criar uma estratégia para ajudar a banca e a economia de Angola.

A diplomata reafirmou, por outro lado" a disposição do seu país em ajudar o desenvolvimento da economia angolana, tendo reconhecido o crescimento da economia de Angola. Efird reconheceu ainda que o desenvolvimento da economia angolana não se verificava apenas no sector petrolífero, mas também em outros, razão pela qual ssegurou que o seu país estava "preparado para ajudar esse processo". Ela não especificou, entretanto, que tipo de apoio se tratava.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 O GPL tem fiscais ou gatunos

Independente...10-06-06

Já muito se tem escrito, principalmente na imprensa privada, sobre os métodos de actuação dos fiscais do Governo Provincial de Luanda (GPL) , e sempre em desabono destes.

Ora são as mercadorias das zungueiras que são espeznhadas, ora são as correrias pelas ruas, que põem em perigo tanto peões como automobilistas. São mercadorias confiscadas que nunca ninguém sabe onde vão parar, etc. Também é verdade que, volta e meia, vem um governante a terreno defender, essas atitudes, ou seja, a desmentir a realidade. Se é verdade que as vendas têm de ser regulamentadas, até para preservação da imagem da própria capital. também é verdade que o facto de as zungueiras venderem nas ruas, não as torna passíveis de comportamentos menos dignos, como vem sendo hábito dos famosos fiscais. Exactamente agora, que se está a pensar na reorganização dos mercados paralelos, é altura de se pensar a sério na vida dessas pessoas que mas não fazem senão lutar pelo pão de cada dia e que nem sempre conseguem. Muitas vezes essas pessoas não conseguem vender nada, isso para não falar do facto de muitas dessas pessoas, principalmente mulheres, serem de facto os chefes de família dos lares onde residem. Alguém tem de pensar nisso. Isto para dizer que no passado dia 26, sexta-feira, um grupo de fiscais que se fazia transportar numa viatura de cor branca, de marca Toyota Taro, com a matrícula LDZ-82-35, interceptou nas imediações do eixo-viário um grupo de jovens que vendiam caixas de ferramentas-auto, triângulos de sinalização, roupas, etc. Num ápice saltaram da viatura, agarraram nos objectos dos vendedores, e levaram-nos consigo. Com a viatura em marcha lenta, e os vendedores a choramingar atrás, pararam uns metros mais à frente e começou a negociata:

"Passa para cá a massa que tens, senão ficas sem os mambos!" "Ai chefe, desde manhã ainda não vendi nada!" respondiam os rapazes. Os que puderam pagaram para continuar a vender, se calhar até aparecerem outros fiscais. Os outros ficaram sem as mercadorias e, portanto, sem o jantar desse dia. E isso acontece praticamente todos os dias Mas afinal o Governo de Luanda paga a fiscais ou sustenta gatunos?

2.2 Quem rouba os milhões do Roque

Folha 8...10-06-06

Um governo responsável deve ter respeito pelos seus cidadãos. Não sendo assim poderemos estar diante duma gritante irresponsabilidade na gestão da coisa pública e de violação da cidadania. E como de qualquer maneira a cadeia quebra sempre pelo elo mais fraco, não espantará ninguém dizer que é praticamente sempre o zé-povinho angolano que paga as favas do desnorte do governo de Angola. Isto vem a propósito do que se está a passar no Roque Santeiro, o maior mercado de África, não só em extensão territorial como no volume de negócios diários que movimenta e no de pessoas que aí funcionam.

A estimativa aponta para mais de 20 mil postos de trabalho directos e 6 mil indirectos. Um mar de gente, na sua esmagadora maioria representativa das camadas mais baixas da escala social de Angola, a aguentar o "assalto" dum fluxo de clientela proveniente de todas as classes, de todos os sítios, gentes de todas as cores que vão chegando por vagas sucessivas, num frenesim constante, a encher o mercado a partir das cinco da manhã até ele não poder mais ser enchido e começar a esvaziar-se a partir das dezasseis horas até ao pôr-do-sol.

O Roque é mais livre, instituição económico-financeira de iniciativa popular da Angola dos tempo de guerra, foi condenado à morte já há muito tempo, a partir do momento em que empresários do mercado imobiliário farejaram negócio grosso na zona em que ele se encontra.

Mas ainda hoje, quem por lá passar, pode ver o que ele foi, pela grandeza que ainda ostenta, apesar de já lhe ter sido retirada uma boa parcela do seu antigamente.

2.3 Vai aonde o Kumbú da contribuição

Folha 8 ... 10-06-06

Como sobredito, calcula-se que no mercado deve haver cerca de 20.000 postos de trabalho directos e uns 6.000 indirectos, isto é, de carregadores, transportadores, guardas, roboteiros, intermediários, etc, o que corresponde a uma' multidão de gente que é obrigada a pagar a sua cota parte aos fiscais.

Se fizermos as contas das cotas a pagar, avaliando o número de barracas que pagam 200 kwanzas diários, cerca de 10.000, o que não pode estar longe da verdade, o total arrecadado por dia cifra-se em Kz 2.000.000,00 (dois milhões de Kwanzas), o que ao câmbio de 80 dá USD 25.000,00. Claro que a este montante tem que se juntar o que é arrecadado nas barracas de maior envergadura, ou seja, umas 5.000 a pagar 300 Kwanzas, totalizando Kz 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Kwanzas), representando USD 18.750,00, e ainda outras 5.000 a dar 500, o que perfaz Kz 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos Kwanzas), perfazendo em USD 31.250,00, isto é, se arredondarmos, a arrecadação é cerca de 6.000.000,00 (seis milhões de kwanzas), igual em dólares a 75 mil dólares por dia, igual a pouco mais ou menos, Kz: 156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de Kwanzas), por mês, representando 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil dólares), por mês.

E se juntarmos estes números aos meses úteis do ano, a Administração municipal e o Governo Provincial têm urna arrecadação de USD 23.400.000,00 (vinte e três milhões, quatrocentos mil dólares). Estes valores acumulados durante mais de urna década e meia deviam ter chegado para o Estado poder valorizar não só o mercado, corno as zonas adjacentes. E, não tendo sido esse o caso, quem poderá negar que sempre houve bastante dinheiro para o Governo indemnizar os vendedores, em função do arrecadado? Só que absolutamente nada foi feito nesse sentido. Vai de si que estes cálculos não podem ser senão aproximativos, mas forçosamente com alguma relação com a realidade dos factos. E, pode-se avançar sem grande risco de erro, que, se levarmos em conta todas as alcavalas, digamos, "abusivas" ou "totalmente ilegais", é mais que provável que os números reais sejam ainda mais elevados.

Assim, considerando que se passaram quase duas décadas neste ritmo e que há muitas pessoas que têm bancada e trabalham no Roque Santeiro há dois, cinco, dez e mais anos ainda, a imediata questão que salta à mente do cristão de boa fé é questionar o paradeiro

das centenas de milhões de dólares absorvidas em quase vinte anos de existência do mercado. Saneamento básico, zero; construção de infra-estruturas, zero; pavimentação do terreno, zero; fazer um plano de massa, prever arruamentos, iluminação e vender espaços aos vendedores e segundo a sua especialidade distribuí-los pelos mais expeditos, que, por sua vez, receberiam um projecto do modelo de barraca ou bancada que deveriam construir, segundo a natureza do seu negócio, nada. Passaram esses anos e foi como se o mercado tivesse aberto as suas bancadas no dia de ontem. Nada foi ainda feito e não há dinheiro para ninguém.

2.4 Quem manda pode, quem não manda obedece

Angolense...17-06-06

Os vendedores do mercado Roque Santeiro estão a digerir o anúncio sobre a sua saída daquele local. Em conversa com o Angolense, manifestaram o seu desagrado, invocando várias razões em protesto ao mercado em construção no Panguila, no município do Cacucaco. O problema de transporte, distância, perda de clientes, assaltos ao longo da via são alguns pontos da discórdia

A agitação no mercado não mudou, mas deu para notar a tristeza de grande parte dos vendedores que manifestam a sua repulsa quanto a sua transferência para o Panguila. A decisão presidencial é entendida pelos vendedores como forma de perderem o seu ganha pão, pois grande parte dos negócios que fazem, segundo eles, não encontrará lugar no novo mercado.

"Será um transtorno, as dificuldades vão se duplicar, o transporte ficará mais caro", disse Cardoso Trogo, vendedor do maior mercado de Angola, há 11 anos. Mais adiante, Cardoso acrescentou que a medida do Governo o vai deixar no desemprego, já que vende óculos e pensa que os mesmos não terão lugar no Panguila. "O Governo vai exigir que eu trabalhe num laboratório, como não reuno esses requisitos vão me obrigar a parar", confessou receoso. Outra questão apontada por Cardoso está relacionada ao transporte. Para ele, esta será a maior dificuldade que deverá enfrentar, já que a maior parte dos vendedores vive em bairros distantes. "Vivo no Cazenga, o dinheiro que arrecado do negócio não será suficiente para pagar o transporte até ao novo mercado e sustentar os 5 filhos que tenho", argumentou. Acrescentou ainda que quando saiu da província do Kuanza-Sul para vender no Roque fê-lo porque tinha a certeza de que conseguiria mudar o rumo da sua vida. "O Roque

sempre me ofereceu segurança, por ser um mercado antigo, este e sonho acabará em pesadelo", concluiu desanimado. Para Esperança Costa, vendedora de roupa, a maior preocupação prende-se com a falta de conhecimento sobre o novo mercado. "Ouvi que vamos para Cacuaco, mas aonde propriamente não disseram", afirmou.

Mais adiante desabafou que não quer sair do Roque, porque já tem uma grande clientela. "Tenho muitas clientes, elas não vão aceitar ir até ao Cacuaco, vou perdê-las", disse, adicionando ainda que grande parte delas vive nos arredores do mercado, o e sonho acabará em pesadelo", concluiu desanimado. Para Esperança Costa, vendedora de roupa, a maior preocupação prende-se com a falta de conhecimento sobre o novo mercado. "Ouvi que vamos para Cacuaco, mas aonde propriamente não disseram", afirmou.

Mais adiante desabafou que não quer sair do Roque, porque já tem uma grande clientela. "Tenho muitas clientes, elas não vão aceitar ir até ao Cacuaco, vou perdê-las", disse, adicionando ainda que grande parte delas vive nos arredores do mercado, o que lhe facilita muito. Enquanto conversávamos com Esperança, aparece Domingas, uma senhora de meia idade, sua amiga, que chegou mesmo a afirmar que não irão sair do mercado, porque o Governo não teria coragem de levar avante esta intenção. " Não é a primeira vez que o Governo fala sobre este assunto, todos sabemos que isso não passa de um boato. Passaram vários anos e aqui estamos, porquê que agora seria diferente?, interrogou-se. As reclamações aumentam a medida em que saíamos de um local para outro, todos queriam exprimir o seu sentimento, esperançados de que o seu clamor seria ouvido pelo Governo.

Deparamo-nos com Josefa Martins, vendedora de roupa interior, há 13 anos naquele mercado, que sugeriu nova reorganização do mercado em vez de serem retirados do mesmo. "Porquê que querem nos tirar daqui, gastamos muito dinheiro com a feitura das bancadas, pagamento de trabalhadores, casas de processo e não só", interrogou-se.

Os vendedores imputam as culpas sobre a decisão do Governo à administração do mercado por nada ter feito para organizar o mesmo. "A administração não existe, a única coisa que sabem fazer é cobrar as fichas para as pessoas venderem, mas também devem organizar isso, vedar, cuidar do lixo para evitar que o Governo nos tire daqui", concluiu.

2.5 Roque Santeiro: prostitutas, dinheiro e prazer

Jornal de Angola...18-06-06

O mercado Roque Santeiro, considerado a maior bolsa de negócios do país, é, também, um centro de comércio livre de prazeres sexuais. Ao escalarmos o mercado em questão, tomamos contacto com prostitutas em diversos prostíbulos aí espalhados.

Através de um esquema bem montado, o contacto com as "vendedoras de prazeres sexuais" foi surtindo seus efeitos. Percorremos vários prostíbulos, mas nas ruelas e becos que dão acesso aos referidos locais era frequente ouvir-se interjeições como ", aludindo a um sinal de chamamento.

"Vamos sacar!?". É uma linguagem codificada, mas os abalizados naquele estilo de vida sabem que se trata de um convite para degustar o que vulgarmente é conhecido por "maçã". Aceitamos o convite para constatar a realidade dos "quartos" onde as "obreiras do sexo" executam o serviço. À primeira vista, chamou-nos a atenção cestos de plástico onde são deitados preservativos usados, isto em quase todos aposentos a que tivemos acesso. A falta de higiene era bem visível em muitas prostitutas que, ainda assim, conseguem espalhar a sua ladainha para facturarem à medida. Nos referidos "quartos" falta o essencial que complementa padrões básicos de higiene. Quer os colchões, quer os Panos, improvisados como lençóis, aí usados, apresentam um estado de higiene bastante crítico, Num dos prostíbulos, bem como noutros, tanto raparigas como senhoras exibiam os seus corpos a fim de angariarem uns parcos trocados, mas é inaceitável a prática de feição (entenda-se, broche), o que contribuiu para nos desfazermos delas, sem se chegar "a vias de facto", em cada prostíbulo frequentássemos e de forma inteligente.

Os preços aí praticados são relativamente baixíssimos, se comparados com os da zona baixa da cidade. Inicialmente estabelecem o preço de 500 kwanzas, somente para uma "rápida", quando o cliente exhibe alguma superabundância de recursos financeiros. Um diálogo consistente permite a redução do preço até 200 kwanzas ou muito menos. Das duas vezes em que lá nos deslocamos, a primeira num domingo, o movimento da clientela e de prostitutas estava calmo. "Hoje é domingo e algumas foram à igreja", disse um dos três roboteiros com os quais conversávamos numa das barracas de venda de bebidas alcoólicas. Conta um dos roboteiros, que se assumiu como "ciente-mor" das prostitutas, que paga em função do estado de conservação dos seios e da robustez física delas.

"Quando o peito dela é caído pago pouco, mas se for fresco aceito um valor maior", confidenciou. Num dos prostíbulos apurámos que elas usam truques com a "coisa", favorecendo a ejaculação precoce, para atenderem maior número de clientes.

"Algumas são malandras, porque mexem tanto no pénis, antes da penetração, a ver se ejaculas logo e, caso queiras repetir, és obrigado a pagar novamente", era o alerta de um jovem que aparenta ter 19 anos. No mesmo raio de acção, cinco prostitutas direccionam os seus olhares do lado em que nos encontrávamos. Um pormenor chama-nos a atenção. Elas estão com os botões das calças entreabertos e fechos semi-descaídos, exibindo não só as cores de seus biquines, mas, sobretudo, os Pêlos da região púbica. Os preservativos são por conta delas, salvo raros casos.

Uma tentação é capaz de excitar o homem mais ortodoxo do mundo e levá-lo a um imaginário "pecaminoso". A dado momento, uma prostituta lança um convite com o Piscar do olho esquerdo, marca alguns passos e diz: "então, vieram tirar líquido da sanga? São 300 kwanzas e pago o quarto". A rejeição pelo convite formulado não a deixa triste, todavia, quiçá, acredita que outros clientes hão-de solicitar os seus serviços.

2.6 Investidores ensaiam micro-credito

Jotnal de angola...23-06-06

Trinta mulheres afectas à Associação de mulheres Empresárias da Huila (AMEH) está a ensaiar mecanismos que visam facilitar a atribuição de micro-créditos a mulheres de baixa renda nas zonas rurais.

Segundo a presidente da Ameh, Verónica Rito, o programa, iniciado há dois meses, visa ajudar as mulheres do meio rural a montarem os seus próprios negócios, de modo a torna-las menos dependentes dos maridos. Assim, as mulheres que serão contempladas no projecto estão já a receber treinamento, das quais 15 são da Humpata, 10 do Lubango e cinco da Chibia.

Assuntos como a montagem de pequenos negócios, vendas, como diferenciar o capital investido do remanescente são os temas que dominam as palestras.

Para Verónica Rito, enquanto se aguarda pela aprovação do projecto a nível central tendo em conta as dificuldades com que se debatem as mulheres, a associação vai disponibilizar 200 dólares para cada beneficiária e apelou à honestidade no reembolso do dinheiro.

2.7 O fim do mercado Roque Santeiro

Semanario Angolense...10-06-06

1. Há dias, dei a minha opinião sobre a decisão presidencial de suprimir o mercado Roque Santeiro. Na altura, pensei ter sido suficientemente claro na justificação da posição que assumi, quanto à necessidade de se eliminar aquele que é considerado o maior mercado do mundo colocado ao ar livre. Parajustificar a minha concordância, evidenciei o modo como se convive naquele local, em condições de vida e de trabalho que apelidei de «uma vergonha para Angola».

2. A minha posição desencadeou, então, dois tipos de reacções. Uns manifestaram concordância comigo - penso que estes terão sido os que entenderam não só o que eu disse, mas, sobretudo, a minha motivação; os restantes, terão sido impelidos por uma também das seguintes razões: ou apenas ouviram falar, tendo por isso escutado já por interpostas pessoas; ou então, porque leram um pequeno respigo destacado no site da Angonoticias, um pedaço que não exprime a totalidade do meu discurso. Muitos destes últimos ficaram verdadeiramente furiosos e mostraram-se desapontados comigo, ao lerem a expressão «vergonha», que usei quando me referi ao estado actual do mercado do Roque Santeiro. Poderão ter deduzido que, assim, eu ofendia todos quantos trabalham honestamente naquele local, retirando daí o seu ganha-pão.

3. É claro que também houve manifestações de desagrado motivadas por aquilo que resolveram chamar uma colagem minha ao governo, neste caso, ao Presidente da República. Para estes que assim pensaram, eu não tenho qualquer fórmula mágica para os convencer sobre a distância salutar que geralmente guardo face às posições governamentais. A minha história pessoal ao longo de uma vida inteira deveria ser bastante para os demover de tirarem conclusões tão precipitadas. Tenho mantido, desde há décadas, uma cuidada posição crítica em relação a este governo. São inúmeras as vezes que eu contrario as suas opções, e faço-o sem receios nem hesitações, e de um modo não predeterminado. Não contrario apenas para contrariar. Quando o faço, é com convicção.

4. De todo o modo, sendo eu um comunicado r muito presente, devo uma explicação a todos quantos ouviram a minha posição. Talvez agora já me entendam o melhor, mesmo que eu saiba que aqueles que já têm as suas ideias bem preconcebidas sobre determinadas pessoas, nada os fará alterar as ideias nem arredar das trincheiras ...

5. Não é crível que alguém ignore as condições degradantes que se vive e para quem labuta no

mercado Roque Santeiro. Naquele mercado os seres humanos (e são verdadeiras multidões, diariamente) convivem em autêntica promiscuidade com lixo, dejectos humanos, até animais à solta. Comercializam-se frescos, como legumes, carne, peixe, etc., infestados por moscas, baratas e outros insectos. Trata-se de um imenso espaço, povoado por bancas disformes, com uma disseminação de casebres confecciona dos com materiais precários e até mesmo com desperdícios. Somam-se aos trabalhadores honestos - que serão a maioria esmagadora - bandos de vadios, sempre em busca da menor distração para se apoderarem dos bens e dos pertences daqueles que buscam aquele lugar para trabalhar, ou para adquirirem o que necessitam.

6. Para além do comércio de bens úteis à vida dos cidadãos, o Roque Santeiro é também um local privilegiado de práticas comerciais abjectas, tais como a prostituição, a venda de drogas, e exibem-se ali filmes pornográficos. Segundo sei, no Roque Santeiro, pode-se até mesmo contratar os serviços de assassinos profissionais para a execução de qualquer «servicinho». Só por isso, o Roque Santeiro deixa de ser aconselhável numa cidade que merece e busca o respeito público.

7- O espaço comercial que leva o nome popular de Roque Santeiro não mereceu até hoje das autoridades a devida atenção, por isso não obedece a quaisquer cânones de higiene, limpeza e segurança. Estou convencido que são poucos os que lá labutam honestamente que se sentem seguros. Eles só lá estão, porque não possuem outras alternativas mais viáveis.

8. É tudo isso que me leva a pensar que o Roque Santeiro não é um local apropriado para se comercializar bens e serviços. Os trabalhadores honestos do Roque Santeiro merecem melhores condições de trabalho. Este Estado tem a obrigação de criar tais condições, não deixando os nossos compatriotas chafurdarem em dejectos, venderem os seus produtos no meio do lixo, conviverem tão de perto com traficantes e malfeitores, como hoje sucede. Por isso, se ouve falar de situações tão dramáticas que bradam aos céus ... Para cúmulo, o mercado Roque Santeiro está edificado quase sobre um precipício, num local que pode ser um dia qualquer vítima de um desastre natural...

9. Eu sei que o modo de agir deste governo, quer a nível central, quer a nível local peca, reiteradamente, por castigar os mais pobres, desalojando-os sem antes criar as condições de acomodação mais vantajosas. São estas e outras práticas que me colocam em oposição a este governo, um governo que só pensa em criar ricos - quase sempre por via do compadrio, privilegiando os parasitas e apaparicando os oportunistas. Por isso, temos posições praticamente inconciliáveis. É isso que

me coloca muito distante das suas posições, práticas e opções.

10. Mas, eu não posso deixar de dizer que o Roque Santeiro está sobredimensionado, constituindo uma amálgama anárquica de gente e de construções precárias. O Roque Santeiro é um risco para os próprios vendedores. Os vendedores do Roque Santeiro merecem melhores espaços para comercializarem os seus produtos, devendo trabalhar em condições de higiene, de acomodação e de segurança.

11. A solução não é manter aquelas pessoas ali, tal como estão, sob a alegação de que não há outro modo de elas ganharem honestamente o seu pão. Este governo tem a obrigação de criar as melhores condições para os vendedores dos bens e serviços úteis às nossas vidas. Devemos obrigar este governo a gastar bem o dinheiro que pertence a todos nós. Por isso, ele deve ouvir as opiniões daqueles que as têm. Este governo não pode pensar que tem a roda livre, como se fosse um carro sem controlo por avaria mecânica.

12. Colocar os milhares de vendedores do Roque Santeiro num mercado no Panguila é uma clara estupidez. E eu explico porquê: primeiro, porque o Panguila fica no cú do mundo, a uma distância de dezenas de quilómetros dos consumidores e dos locais de morada dos vendedores; segundo, porque essa opção irá complicar ainda mais o trânsito caótico que temos, um caos que é também da responsabilidade deste governo, que governa sem bússola e sem outros instrumentos de navegação. Além disso, esta opção encarece os custos, marginaliza demasiado as pessoas, ela transformará as vidas de vendedores e dos consumidores num verdadeiro inferno.

13. A solução para o abastecimento de Luanda passa, sim, pela disseminação de mercados pela cidade, organizados e devidamente controlados. Deverá haver mercados por todos os bairros, e não apenas os chamados mercados municipais, que se diz estarem em reconstrução. A opção do governo deveria ser colocar os mercados mais próximos dos consumidores, colocá-los mesmo à mão de semear ... Assim, até seria possível retirar os vendedores de rua, que enchem passeios e se amontoam ao longo das ruas.

14. Não tem qualquer lógica obrigar alguém a deslocar-se quilómetros para se abastecer de legumes ou frutas. Isso é uma irracionalidade. Assim como é uma irracionalidade ver o Roque Santeiro apenas como um mercado grossista. Não é verdade, o Roque Santeiro não é apenas um mercado grossista. Um mercado grossista tem outras qualidades e outras determinantes.

15. Os 28 milhões de dólares que se vão gastar no Panguila dariam para fazer dezenas de pequenos mercados, espalhados pelos bairros. Assim, evitava-se o confronto inevitável com esse trânsito infernal que

põe até em risco as nossas vidas. Adivinho já que alguns destes 28 milhões de dólares irão para as contas privadas daqueles que estão fartos de gozar com a miséria dos outros.

2.8 Mulheres rurais no Kwanza-Sul querem micro-credito

Jornal de Angola... 22-06-06

Cerca de 100 mulheres rurais dirigem-se mensalmente às representações da direcção da Família e Promoção da Mulher, na província do Kwanza-Sul, em busca de um conselho para a aquisição de micro-créditos, com vista a melhoria do rendimento familiar e a segurança alimentar.

Segundo a directora local da Família e Promoção da Mulher, Maria Monteiro, existe a preocupação do governo local em resolver o assunto, acrescentando que tão logo haja disponibilidade das instituições financeiras os micro-créditos serão cedidos.

"Todos os dias cresce o número de mulheres, na nossa instituição, em busca de micro-créditos, mas não temos capacidade de resposta", sublinhou. Apelou às instituições financeiras e parceiros sociais do governo no sentido de apoiarem a mulher rural na estabilidade familiar.

De acordo com as estatísticas da direcção provincial do Kwanza-Sul da Família e Promoção da Mulher, de 2001 a 2004, 290 mulheres rurais beneficiaram de micro-créditos da Sociedade de Desenvolvimento do Kwanza-Sul (SDEKS), Fundo Lwini, Acção Agrária Alemã e da ONG Kissoko, em parceria com a Ajuda Popular da Noruega. A província do Kwanza-Sul tem uma população estimada em dois milhões e 300 mil habitantes (cerca de 60 por cento vive em zona rural), distribuídos em 12 municípios e 32 comunas.

2.9 Venda ambulante foi tema de reflexão no Rangel

Jornal de Angola... 28-06-06

As causas e consequências da venda ambulante no município do Rangel, em Luanda, foram ontem motivo de reflexão, num encontro promovido pela Administração Municipal, com o objectivo de recolher contribuições para soluções futuras.

Durante a reunião, presidida pelo administrador local, João Domingos, os participantes destacaram a importância dos organismos competentes trabalharem no sentido de obrigarem os utentes de bancadas nos

mercados oficiais da circunscrição a retomarem os seus lugares, sobre pena de os perderem.

No encontro, várias foram as intervenções de vendedores ambulantes e proprietários de estabelecimentos comerciais, que sugeriram a abertura de mais lojas para serem vendidos muitos dos produtos comercializados nas várias ruas de Luanda.

Apelaram aos organismos municipais a trabalharem por forma a evitarem os habitantes de outros municípios venderem fora das suas áreas de residência, o que às vezes tem criado alguns problemas. Aproveitaram a oportunidade para denunciar os maus tratos sofridos por parte de alguns agentes da ordem, o que às vezes origina pancadaria entre vendedores e polícias, tendo apelado aos mesmos (polícias) a primarem pelo amor ao próximo.

O próximo encontro de vendedores ambulantes e a Administração do Rangel está marcado para o mês de Setembro deste ano.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 PR realça importância da cooperação com a China

Angop...20-06-06

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, realçou hoje, em Luanda, a importância das relações de cooperação com a China, afirmando esperar que a visita do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, venha a reflectir de "forma apropriada o nível e importância dessas relações de amizade e cooperação entre os dois países".

O estadista angolano, que falava na abertura das conversações oficiais entre Angola e a República Popular da China, por ocasião da visita do governante chinês, disse que essas relações são assentes no respeito mútuo e na plena consciência dos interesses dos respectivos povos. Segundo referiu, elas (relações) foram construídas e consolidadas ao longo de muito tempo com "realismo e pragmatismo", através da tomada de posições claras e inequívocas em relação aos problemas mais candentes vividos pelos dois países e por uma visão coincidente dos problemas internacionais.

Acrescentou que os laços que unem os dois países podem ser ainda considerados exemplares, porquanto não visam apenas o desenvolvimento interno de cada um e o bem-estar das populações, mas pretendem também promover a paz e a estabilidade internacionais.

"De facto, no actual contexto da globalização, são valores como o diálogo e a compreensão mútua, baseada no espírito da equidade e da consolidação de interesses, que constituem a forma mais adequada para a promoção e preservação da paz e para o equilíbrio nas relações internacionais", sublinhou José Eduardo dos Santos.

Neste sentido, indicou, merece particular saudação a política africana da República Popular da China que, tendo em conta a realidade do continente, tem estado a adoptar posições consentâneas com as expectativas de desenvolvimento dos países de África, concedendo-lhes ajuda, estabelecendo parcerias e promovendo uma cooperação reciprocamente vantajosa, não vinculadas à condições políticas prévias e desajustadas da realidade. Com isso, a China demonstra que os êxitos alcançados com a justeza das políticas adoptadas, em especial no

domínio da Economia, Ciência e Tecnologia, "não visam apenas o seu próprio desenvolvimento e o aumento do nível de vida das suas populações, mas pretendem contribuir para que outros países possam aspirar a um lugar de maior dignidade no concerto das Nações de todo o mundo".

O primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, chegou ao princípio da tarde de hoje a Luanda, para uma visita oficial de 24 horas a Angola, a convite do presidente José Eduardo dos Santos. No aeroporto internacional "4 de Fevereiro, Wen Jiabao recebeu cumprimentos de boas vindas do seu homólogo angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, e de outros membros do Governo, assim como do corpo diplomático acreditado em Angola. Num memorando distribuído a sua chegada, Wen Jiabao afirma que a sua vinda a Angola tem como objectivo promover a amizade e o fomento da cooperação em todos os domínios e a troca de opiniões sobre o estado das relações bilaterais.

Refere ainda que apesar da enorme distância geográfica que separa a China de Angola, existe uma amizade tradicional entre os dois povos desde o estabelecimento das relações diplomáticas, há 23 anos.

3.2 Governo estuda política de combate à violência contra menores

Jornal de Angola...17-06-06

O ministro do interior, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", anunciou ontem, em Luanda, que o Governo está a estudar uma política de combate a violência contra a criança em todo território nacional.

"Ngongo", falava na abertura de uma mesa redonda sobre "A violência contra a criança", organizada pelo Ministério do Interior INAC, no âmbito das comemorações do Dia da Criança Africana. O governante afirmou ainda que o grande desafio do Estado para o futuro será a intervenção urgente nos sectores da Educação, Saúde, Família e Promoção da Mulher e Juventude e Desporto.

O sector da Justiça, de acordo com o ministro do Interior, deverá igualmente merecer a atenção do Governo, de maneira a que os petizes possam beneficiar dos seus direitos.

O Governo, acrescentou, vai ainda reforçar as estratégias de prevenção para diminuir o impacto dos factores de risco e aumentar a capacidade do Estado de proteger e garantir os direitos das crianças. As

autoridades propõem-se ainda atribuir às crianças vítimas de violência, discriminação ou abandono por causa das acusações de feitiçaria, o mesmo tratamento que as outras crianças com necessidades de protecção. Aquele governante apontou que os petizes são vítimas, por parte de adultos e familiares, de violência física e psicológica, tais como ofensas corporais e morais, castigos físicos, humilhações, corte de refeição, trabalhos pesados, maus-tratos, bem como abuso sexual e assédio sexual.

Ele apontou como causa da violência a pobreza das famílias, o alcoolismo, o consumo de drogas, a tensão psicológica, o analfabetismo, a degradação dos valores morais e cívicos e o desconhecimento dos direitos da criança. De acordo com o ministro do Interior, a utilização generalizada de formas de violência contra as crianças é um elemento preocupante do Ponto de vista dos direitos humanos da infância. O governante criticou os sectores da sociedade que persistem em estabelecer erroneamente a violência como uma forma legítima ou necessária para a educação e a boa conduta das crianças. Ele pediu que se promova uma mudança profunda de valores face à violência contra as crianças, tanto a nível individual como ao nível da comunidade, nos meios de comunicação, no sistema de educação e nas autoridades, de modo que as crianças cresçam num ambiente saudável e favorável ao seu pleno desenvolvimento.

Como desafios para o futuro, o ministro do Interior apontou a aceleração da reforma da legislação assumida pelo Ministério da Justiça, no sentido de actualizar e incluir na lei penal todos os casos de violação dos direitos da criança não considerados crimes na legislação vigente, bem como o agravamento de algumas penas, visando desencorajar essas práticas.

Participaram no encontro a ministra da Família e Promoção da Mulher, Cândida Celeste, a representante do Unicef em Angola, Ângela Kearney, representantes de outras instituições ligadas à criança como o MINARS, DNIC, Julgado de Menores e de alguns centros de acolhimento.

3.3 Governo do Bié vai ter escola de formação profissional

Jornal de Angola...22-06-06

O Governo Provincial do Bié vai empregar, ainda este ano, 300 mil dólares americanos na construção de duas salas de aula na comarca local e vedação do muro da referida instituição prisional.

A informação foi avançada, no Kuito, pelo chefe dos serviços prisionais na região, Mário Francisco, sublinhando que a medida visa manter os presos não condenados no pátio sem poderem se evadir, alfabetizar os detidos interessados e dar a ocasião de muitos aprenderem uma profissão.

Consumado o projecto, frisou, serão ministrados, na comarca do Bié, cursos de serralharia, carpintaria, marcenaria e corte e costura, a fim de facilitar a sobrevivência dos detidos, depois de serem libertos. Por outro lado, a instituição desenvolve há alguns anos acções formativas dirigidas aos trabalhadores e reclusos em particular, em matérias de educação moral e cívica e conta com o apoio da Direcção Provincial da Educação.

A Comarca provincial do Bié, com 250 presos, dos quais 10 são mulheres, funciona provisoriamente na comuna do Kunje, já que as infra-estruturas apropriadas, no Kuito, estão em obras, devido a destruição sofrida durante o conflito pós-eleitoral. Enquanto isso, setenta representantes das autoridades sanitárias e Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais que operam no ramo da Saúde, participaram recentemente, no Kuito (Bié), num encontro destinado à procura de soluções para o pelouro.

Durante o evento, os participantes foram informados sobre o plano estratégico traçado pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que visa reduzir, até 75 por cento, a morbi-mortalidade materno infantil em Angola.

A reunião visou obter apoios junto dos directores provinciais, administradores municipais e comunais, entidades religiosas tradicionais na implementação das orientações aprovadas superiormente.

3.4 Refugiados Angolanos na RDC serão repatriados

Jornal de Angola... 19-06-06

A operação de repatriamento voluntário de 50 mil refugiados angolanos na República Democrática do Congo (RDC) reinicia ainda este ano (2006), provavelmente já a partir de amanhã, terça-feira, 20, data que coincide com as celebrações do Dia Mundial do Refugiado, anunciou, em Mbanza-Congo (Zaire), fonte do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (HCR).

O repatriamento vai ser antecedido de um encontro tripartido entre os governos de Angola, da República Democrática do Congo e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (HCR), em local a indicar oportunamente. Dos 50 mil refugiados a repatriar, 13 mil considerados "vulneráveis", localizados na região do baixo Congo Democrático, serão transportados numa primeira fase através do posto fronteiriço do Luvo, Mbanza-Kongo ,(Zaire), anunciou o chefe em exercício do sub-escritório do HCR nesse município, Koft Dwomo. O responsável anunciou o facto no último fim-de-semana, na abertura da jornada do Dia Mundial do Refugiado, reafirmando que "o HCR prevê efectivara operação de repatriamento ainda este ano (2006)".

A sua instituição na região, disse, apoia também os esforços do Governo provincial na reintegração social dos retomados, com a construção, nas localidades de maior concentração populacional, de postos médicos, escolas e poços de água. Nesta, senda, referiu, o Acnur espera implementar ainda este, ano, nas comunas de Madimba e Nkinde (Mbania Congo) um projecto de construção de poços de água em prol da população local.

O sub-escritório do Acnur na região Norte de Angola atende três municípios, nomeadamente Mbanza Congo, Kuimba (Zaire) e Maque1a do Zombo, na província do Uije.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 PR analisa eleições com líderes da oposição

Angop...20-06-06

O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, analisou segunda-feira, em Luanda, em encontros separados, aspectos ligados à realização das próximas eleições no país com o líder da Unita, Isaias Samakuva, e com o segundo vice-presidente da FNLA, Ngola Kabangu.

A Unita detém 70 lugares no Parlamento, enquanto a FNLA, cinco, dos 220 existentes neste órgão legislativo do país.

"Foi um encontro produtivo", disseram, a jornalistas, os interlocutores de José Eduardo dos Santos, cujas audiências foram a pedido das respectivas direcções partidárias. O arranque do processo de registo eleitoral, quando as condições estiverem cabalmente criadas, foi uma das preocupações manifestadas a José Eduardo dos Santos por Isaias Samakuva.

Disse ter manifestado ao Chefe de Estado a sua satisfação pelo facto do processo de paz e reconstrução nacional continuar a seguir a bom ritmo. Aproveitou a ocasião para expressar a sua preocupação pelo facto do pagamento de pensões de reforma dos antigos militares da UNITA e sua conseqüente integração na sociedade ainda constituir precalços. "Esperamos que aquilo que foi debatido e discutido venha ser materializado", referiu.

Isaias Samakuva asseverou ter solicitado ao Presidente da República no sentido de ajudar a tranquilização das mentes, realçando que o Chefe de Estado fê-lo semelhante petição, "já que nós caminhamos para o processo eleitoral e este (processo) deve ser feito na tranquilidade".

Ngola Kabangu, por seu lado, manifestou-se esperançado de que a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) venha de facto a ser transparente para que a data das eleições seja marcada o quanto antes. O Presidente manifestou a sua simpatia e sensibilidade e "nós gostamos desta abertura e profundidade das suas respostas", apontou Ngola Kabangu, que se deslocou ao Palácio Presidencial, à Cidade Alta, acompanhado de dois outros responsáveis da FNLA.

Relativamente à realização do próximo congresso da FNLA, cujos preparativos continuam marcados por contradições intra-facções, Ngola Kabangu minimizou, afirmando: "o encontro não se realiza por falta meios financeiros".

"Asseguramos ao Presidente da República que ultrapassados os constrangimentos será convocado um congresso abrangente, com participação de todos os filhos da FNLA, sem exclusão", ressaltou.

4.2 DW forma promotores eleitorais no Huambo

Cruzeiro do Sul ... 10-06-06

A development workshop realizou recentemente no Huambo a formação de promotores de educação cívica eleitoral no quadro de uma campanha itinerante que abrange 12 das 18 províncias do país.

Durante três dias foram formados 30 promotores entre os quais, 27 oriundos dos 11 municípios desta província e os restantes de Benguela, Bié e Huíla. Nesta acção, a DW contou com parcerias da Rede Eleitoral, do Ministério da Educação, do Instituto de Ciências Religiosas em Angola, Conselho de Igrejas Cristãs, da Conferência Episcopal de Angola e São-Tomé, da ADRA Angolana, do Fundo das ONG e da sociedade civil.

Os realizadores acreditam que a formação terá um grande alcance nas comunidades a conciderar pelo leque de temas escolhidos, nomeadamente, "A participação do cidadão como exercício de cidadania, a tolerância política como exercício de cidadania, a prevenção e resolução de conflitos, o registo eleitoral como exercício de cidadania e a pobreza como fonte de conflitos". A escolha destes temas baseou-se numa pesquisa desenvolvida em 12 províncias angolanas de cujos resultados proveio a necessidade da formação de núcleos províncias esclarecidos sobre estes itens.

A DW está em Angola há 25 anos e tem por missão colaborar com o Governo na promoção humana dos cidadãos além de estabelecer parcerias com a sociedade civil nos vários domínios para o bem estar da população. À margem do encontro, o responsável da RE/Huambo, Arão Abel, considerou estar a registar-se já uma redução de casos de intolerância política em muitos pontos do país, embora o gráfico varia de província para outra. Disse por outro lado que a mensagem transmitida pela rede não encontra recuchete quando se cruza com a de certos líderes partidários que em muitos casos ainda usam uma

linguagem pouco conciliadora.

"Os instrumentos que nós usamos na formação das pessoas e das comunidades são universais. Advogamos os direitos humanos, a necessidade da liberdade do homem, falamos do valor da livre expressão e, também estamos a dizer que o cidadão é livre de escolher o partido da sua preferência com base no programa que lhe convença. Não por exigência nem por imposição. A linguagem usada neste tipo de formação tem sido mais clara comparativamente com a de políticos que ainda usam linguagem violenta e de separação", notou, acrescentando que por isso não têm encontrado grandes contrastes

"A nossa acção vai bem. Prova disso é que temos sido encorajados a prosseguirmos. Muitas vezes somos solicitados a voltar às áreas pelas quais já passamos, porque a nossa linguagem é de paz", atestou.

Disse, finalmente que a RE/Huambo prevê realizar entre os dias 7 e 9 de Junho um encontro com entidades governativas, partidos políticos, autoridades tradicionais e diferentes instituições em parceria com a "Comon Ground", no espírito de abordagem de aspectos ligados com a necessidade de abertura da sociedade.

4.3 Porta-voz da CNE recomenda jornalista a cumprir legislação eleitoral

Jornal de Angola... 12-06-06

O porta-voz da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Adão de Almeida, recomendou recentemente, em Luanda, os jornalistas de diferentes órgãos da comunicação social a cumprirem a legislação eleitoral em vigor em Angola e a ética profissional, por forma a se evitarem situações que possam perturbar o processo eleitoral.

Adão de Almeida fez esta recomendação quando dissertava sobre "Ética profissional e código de conduta eleitoral", no âmbito do projecto de capacitação dos jornalistas, denominado "Media, Eleições e Direitos Humanos", que o Sindicato da classe leva a cabo nos últimos dias.

O orador fez uma incursão pelas normas que regulam a participação dos jornalistas no processo eleitoralmente enfoque à Lei: Eleitoral e ao Código de Conduta. Adão de Almeida apelou aos jornalistas para ponderarem as suas emoções e convicções ideológicas e políticas quando estiverem a exercer a profissão, exortando-os a primar pelos princípios de isenção,

imparcialidade e responsabilidade pessoal.

Enfatizou o princípio do dever de bem informar e o direito dos cidadãos de serem informados, plasmados na Lei Constitucional, insistindo na necessidade dos jornalistas se absterem de actos indecorosos que possam perturbar as eleições. Para Adão de Almeida, o período da campanha eleitoral é o mais melindroso de todo o processo, pelo que, afirmou, as relações entre a mídia e os competidores (partidos políticos e candidatos às eleições presidenciais) se deve pautar pelo princípio de igualdade de tratamento

"O jornalista deve tratar todos os competidores políticos com base no princípio da igualdade, sem haver disparidade de e discriminação", disse. A palestra, realizada na sede da União dos Escritores Angolanos (UEA), contou com a participação de profissionais de diversos órgãos de comunicação social estatais e privados, membros da sociedade civil e estudantes de jornalismo.

O Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA) pretende estender a todo o país várias acções de formação para que os Profissionais da classe possam estar melhor capacitados durante todo o processo que conduzirá o país às eleições.

4.4 CNE propõe Registo eleitoral so entre agosto e outubro

Cruzeiro do Sul...17-06-06

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) quer que o Registo Eleitoral inicie entre Agosto e Outubro deste ano.

Este é o parecer da CNE, obtido depois de auscultações aos partidos políticos. O porta-Voz da CNE, Adão de Almeida, esclareceu que o parecer não é vinculativo. O governo deve decidir sobre o a data exacta do início do registo, tendo em conta o parecer da CNE.

"Fizemos a consulta prévia aos partidos políticos, as projecções dos partidos indicava para o início do registo entre Agosto e Outubro. E nós entendemos que a data é ideal, agora vamos informar aos órgãos competentes do governo, referiu Adão de Almeida. O porta-voz da CNE deixou bem claro que de acordo com a lei eleitoral, esse parecer não é vinculativo.

"O órgão competente para decidir, toma a sua decisão em função do que considerar conveniente", disse. Ainda assim Adão de Almeida acredita que a

cooperação que existe entre a Comissão Interministerial para o processo Eleitoral, (CIPE) e a CNE fará com que a proposta seja tida em conta. Segundo ele, para esta escolha concorreram outros elementos apresentados no domínio do programa do registo eleitoral e as informações prestadas pela CIPE sobre o assunto.

Antes de ser tornada pública, avançou, a data vai merecer o parecer do Governo, em obediência do artigo 24 da Lei do Registo Eleitoral. O registo eleitoral, ainda sem data exacta para o seu início, será efectuado num período de seis meses, conforme o programa apresentado pela CNE ao Governo.

4.5 Eleições para que vos quero

Agora...17-06-06

Nesta altura do campeonato já não há que ter pressa alguma, pois mesmo a CNE ainda terá de esperar três meses para resolver a questão das instalações com as quais, pelos vistos, o Governo não parece nada preocupado

Quando, a 31 de Dezembro de 2004, na sua tradicional mensagem de Ano Novo, o Presidente Eduardo dos Santos garantiu, solenemente, que os angolanos iriam novamente a votos em liberdade em 2006, provavelmente nem ele imaginaria, embora possua a sua própria agenda, que a preparação de novas eleições acabassem por dar do país a típica imagem terceiro-munquista de uma "república das bananas", na qual o dito pelo não dito é prática corrente.

Nos últimos dois anos, no plano político praticamente apenas se falou em novas eleições, ctisso praticamente o país ficou suspenso, sobre isso criou também a chamada comunidade internacional fimdadas expectativas. De tantos zigue-zagues, alterações constantes de programas e cronogramas, propositadas ou não, tudo se baralhou a um ponto de não se saber, ao certo, quantos adultos já receberam o novo bilhete de identidade para estarem aptos a votar. Para esse fim, o Governo encaixou no Ministério da Justiça 85 mil hões de dólares, mas como no país o que não se fazem são contas, ninguém sabe se o dinheiro já foi todo gasto nem se o que sobra dá para concluir o registo dos adultos.

Apercebendo-se, inteligentemente, que podelia ficar com a batata quente entre mãos e fazerem dele o bode expiatório deste esperado descalabro, a modos da crónica de uma morte anunciada, o ministro Virgílio de Fontes Pereira, que tutela a Comissão

Interministerial do Processo Eleitoral (CIPE), foi daí, nos últimos meses, - isso é público e notório -lavando as mãos como Pôncio Pilatos, passando a bola para Caetano de Sousa, o presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Por entre as permanentes desconfianças da oposição, o sinal mais evidente de que as eleições seriam adiadas foi, no entanto, dado pelo PR no pretérito dia 5 de Abril, por ocasião da visita do primeiro-ministro português, José Sócrates. "Dentro de pouco tempo, este ano ou no próximo ano, o mais tardar, serão realizadas eleições em Angola", disse, na ocasião,o PR.

Estava, assim, dado o mote para o adiamento das eleições, embora sobre o conceito de "pouco tempo" se tenha a noção de um processo célere, sem grandes atrasos. Mas quando se deixa a porta aberta para "no próximo ano, o mais tardar", a conclusão óbvia é a de o PR já sabia que elas não teriam lugar este ano.

Neste movimento uniformemente desacelerado, a machadada fmal viria do próprio Governo - aqui, uma vez, maiso PR estava por dentro de tudo - ao definir, segundo Caetano de Sousa, um programa de seis meses para registo dos eleitores. Trocando por miúdos, significa dizer que esta tarefa decorreria até Dezembro, ficando constitucionalmente obrigado o PR a convocar novas eleições num prazo de 90 ruas, ou seja, em Março de 2007. Caetano de Sousa revelou este "timing" do Governo nesta última terça-feira, 13, tendo no dia seguinte a CNE anunciado que o registo eleitoral deveria ocorrer entre Agosto ou Outubro, isto é, reduzindo para metade o prazo fixado pelo Executivo. Mas Agosto é apenas um inrucador, com a qual está de acordo a CIPE, uma vez que a data do arranque do processo eleitoral depende ainda do parecer do Governo. Todavia, mesmo que, por hipótese, o registo se concluísse em Outubro, as eleições nunca se realizariam antes de Janeiro do próximo ano.

Esta última tomada de posição da CNE não foge muito aos prazos sugeridos pelos partidos políticos na reunião de terça-feira, embora ainda se desconheça quando o Governo emitirá o seu parecer. De resto, nesta altura do campeonato já não há que ter pressa alguma, pois mesmo a CNE ainda terá de esperar três meses para resolver a questão das instalações com as quais, pelos vistos, o Governo não parece nada preocupado.

4.6 PN forma agentes em direitos humanos e educação cívica

Cruzeiro do sul... 17-06-06

O plano de modernização da Polícia Nacional, em relação ao processo democrático, está aprofundado no Workshop de formação de formadores dos direitos humanos e educação cívica.

Promovido pelo Comando Geral da Polícia Nacional com a parceria da fundação Alemã Frederich Herbert, o seminário que durou três dias, efectuou igualmente uma análise em volta do papel da polícia nacional, hoje e no futuro.

O seminário dirigido aos efectivos do comando provincial daquele órgão, membros da delegação provincial do Ministério do Interior no Bié, esclareceu a lei eleitoral e o funcionamento da respectiva comissão local, bem como as disposições específicas, sobre a actividade da polícia, durante as eleições democráticas, explicou ao Cruzeiro do Sul, Afonso Paulo, consultor dos direitos humanos.

4.7 Jornalistas debatem cobertura eleitoral

Jornal de Angola... 30-06-06

A cobertura jornalística dos processos eleitorais é tema de um seminário de formação de formadores que reúne em Luanda profissionais de várias províncias do país.

O evento é uma iniciativa da Comissão Nacional Eleitoral, que convidou o conhecido jornalista moçambicano Fernando Lima para animar as principais sessões. Em entrevista à Voz da América, Fernando Lima disse que a experiência do seu país em matéria de pleitos eleitorais faz com que os jornalistas moçambicanos estejam hoje mais conscientes do seu papel de informar com isenção e independência.

"As eleições são habitualmente um momento crucial de cada país e os jornalistas e a comunicação social são actores extremamente importantes neste processo. Há toda uma compreensão da importância que se deve dar à formação dos jornalistas e a formação da comunicação social angolana para o próximo pleito eleitoral", disse.

O jornalista moçambicano indicou que esta acção formativa tem toda a relevância, tendo em conta não só a importância das eleições, mas também o contexto e o passado histórico do relacionamento entre eleições

e a comunicação social neste país. Fernando Lima afirmou que Moçambique e Angola viveram uma experiência de guerra idêntica e que o seu país teve a sorte de as primeiras eleições terem contribuído para a reconciliação nacional.

"Em Angola as eleições não foram o começo da reconciliação nacional, mas foram o recomeço da guerra", disse.

A acção formativa, que termina hoje, tem como grupo alvo jornalistas de vários órgãos da comunicação social do Estado destacados no interior do país. Uma outra acção formativa deverá ter lugar nos próximos dias e será dirigida a profissionais que funcionam em Luanda, incluindo dos órgãos de comunicação social privada.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Centro de apoio aos estudantes do Huambo

Cruzeiro do Sul...17-06-06

O hábito pela leitura nos estudantes no Huambo ainda não é dos melhores, mas vai crescendo, a medida em que há mais alunos nos ensino superior. Outrossim é o número ainda pequeno de bibliotecas suficientemente equipadas e que dêem resposta às necessidades dos leitores. A alternativa são os cybers, mas não dão acesso a qualquer um, porque aqui, é preciso pagar.

O CS visitou alguns desses lugares e apurou não só o grau de funcionamento, mas também, o nível de procura. Começamos pela biblioteca Santo Anselmo, propriedade dos padres beneditinos. Localizada na parte alta da cidade.

Não estava o gerente, mas o funcionário em serviço Manuel Sumbelelo fez as honras da casa. Explicou-nos desde o começo, a consulta na biblioteca é gratuita. Há apenas que atender a alguns requisitos para ler um livro. Os interessados apresentam o Bilhete de Identidade e o título do livro ou tema que pretende investigar. O restante trabalho é do bibliotecário. Com um horário diário de dois períodos, sendo o primeiro das 8h30 às 14h30 e o segundo das 14h30 às 17h30, tem como potenciais clientes os estudantes, principalmente do III nível e do ensino médio. Segundo Manuel Sumbelelo, os consultores não têm acesso directo aos livros, por anteriormente, se terem verificado casos de extravios das obras. até mesmo furto. "Levavam os livros, arrancaram folhas riscavam e sublinham", esclareceu. Ao lado no mesmo quintal, esta o cyber. O horário deste é o mesmo da biblioteca. Entretanto aqui já é preciso mexer no bolso, porque para cada hora cobram-se de 200 a 100, kuanzas para cada meia hora de navegação na net. E, quanto ao hábito de leitura na juventude local ouvimos Clementino dos Santos Jamba, outro trabalhador da biblioteca Santo Anselmo, disse que apesar de o número de bibliotecas ser diminuto, não são todos os estudantes que gostam de ler.

"Só investigam quando lhes mandam tarefas difíceis na escola. Aí andam de cima para baixo", apontou Jamba, que julga estar na origem deste comportamento a falta de mais livrarias e bibliotecas. Pede que o Estado e a sociedade em si abram mais estabelecimentos destes,

por acreditar que quando os jovens virem livros e de qualidade, poderão cultivar o gosto pela leitura.

"O que lhes cria mais desgosto é o facto de procurarem um tema, um livro e não encontram". O incentivo à leitura, defende, passa pela exigência dos professores e pais. ADRA Outra biblioteca/cyber é da ADRA angolana no Huambo e tem como gerente, Henriques Lusitano Caunda. Com um ritmo de actividade de segunda à sexta-feira nas horas normais de expediente, o local é procurado por todos os interessados. Os usuários têm, obviamente, critérios a seguir que não diferem muito dos das suas similares. O interessado chega, pede, lê e vai fazendo suas anotações para o seu bloco. É proibido rasurar os livros e ou arrancar folhas deles. Até aqui, é tudo de graça. A particularidade desta está no facto de ter também clientes externos. Requistam livros e vão lê-los nas suas casas. Basta para tal celebrar Um acordo com a biblioteca.

O movimento é aceitável.

Dez a oito consultores dia, dominado mais por estudantes. Mas aparecem mais quando os professores lhes mandam temas para desenvolver. Quando não, de livre vontade não aparecem", confirmou Henrique Caunda, acrescentando que os utentes da biblioteca são, nalguns casos, os mesmos do cyber. "Começam pela biblioteca. Se não encontram o que desejam, optam pela via mais rápida, a Internet. Contudo, refira-se que os cybers são mais para quem pode e não para quem quer, porque exige-se pagamento. No da ADRA, por exemplo, cobra-se o mesmo que no Santo Anselmo. "A maioria dos internautas aqui são estudantes que vêm fazer buscas de matéria escolástica e tirar também notícias para se informarem", concluiu Henrique Caunda. DW outra biblioteca é a do projecto Ondaka, adstrita à DW seu responsável é Daniel Martins. Igual às suas congéneres, tem um funcionamento normal. Para o controlo dos livros, os leitores são convidados a preencher uma ficha. E para facilitar, as estantes estão divididas em secções. "Temos a área dos direitos humanos, geografia, etc", explicou, e que sublinha o facto de a faixa etária que mais frequenta a casa vai dos 15 aos 40 anos, predominantemente, estudantes.

Nestes últimos dias estamos a verificar um afluxo maior por parte dos estudantes do ISCED, por causa da defesa de teses", acrescentou, Martins que mais adiante nota que o movimento é variável com uma média de cinco frequências diárias. Daniel Martins reconhece um aumento do interesse pela leitura no Huambo. Noto uma mudança significativa. Nos anos anteriores não constatávamos a procura actual. Agora aparecem, até há casos em que não temos os livros

desejados. Já dá para dizer que há „vontade pela leitura“, observou. Disse que a baixa por parte da biblioteca quanto a aquisição de livros decorre da falta de financiamentos.

“Neste momento não temos estado a corresponder com as expectativas dos leitores. Tudo tem a ver com financiamentos. Anteriormente tínhamos financiamento próprio para requisitar livros. Sempre que os leitores interessassem por um livro, íamos a Luanda e conseguíamos livros”.

Revelou, a finalizar, que a biblioteca foi recentemente brindada com literatura nova, uma doação feita por um grupo de angolanos em Portugal. Lembre-se que a cidade tem mais cybers, sendo os mais frequentados por estudantes do da DW com 50 kwanzas de tarifa por meia hora e o do Palácio de Vidro que pede 150 kwanzas/hora e 100 a meia hora. Seja como for, defendem estudantes, é necessário que haja mais bibliotecas, porque nem todos têm dinheiro.

5.2 GPL vai implementar mais centros escolares

Jornal de Angola...17-06-06

Implementação de mais centros escolares assim como constituir infantários são algumas das apostas do Governo, segundo o assessor do Governo Provincial de Luanda (GPL), para questões técnicas e comunitárias, Jorge Amadeu Alves.

Jorge Alves, que falava no âmbito das comemorações do dia da criança africana, garantiu que o GPL tem em vários municípios projectos para implementação das referidas estruturas. Os encarregados de educação, de acordo com o responsável, devem primar uma maior atenção às crianças nos vários domínios de apoio. “O futuro é das crianças e compete os adultos prepararem o mesmo. Só assim poderemos ter crianças capazes de desenvolver o país”, referiu.

Entretanto, durante o acto as crianças foram agraciadas com várias actividades culturais, como música, dança e exposição sobre astronomia, cujo objectivo foi apresentar conceitos fundamentais da mesma, bem como a utilidade de conceitos matemáticos aprendidos na escola. Recorde que o acto teve lugar no “Parque Zé Dú”, que também ontem comemorou o seu quinto aniversário e contou com a presença de crianças oriundas de vários países africanos representados pelas embaixadas em Angola, assim como membros afecto ao Governo.

É de salientar que, várias escolas do ensino de base

organizaram várias actividades desportivas e culturais no âmbito das actividades do dia da criança africana.

5.3 Crianças no Kwanza-sul pedem mais escolas e Hospitais

Jornal de Angola... 20-06-06

As crianças da província do Kwanza-Sul instaram recentemente, no Sumbe, o Governo local e seus parceiros sociais no sentido de construírem mais escolas e postos de saúde nas comunas e bairros.

“Há muitas crianças sob risco de chegarem à idade adulta na condição de analfabetas, outras carecem de assistência médico-medicamentosa e merecem o carinho e atenção do Governo e seus parceiros”, lê-se na mensagem dos menores em alusão ao 16 de Junho, Dia da Criança Africana. Solicitaram ainda a observância dos direitos das crianças para a salvaguarda e bem-estar social das mesmas.

Para o director provincial do Ministério da Reinserção Social, Bernardo Martins, “a criança é o futuro do amanhã e como tal merece a atenção da sociedade e do Governo, de forma particular”.

“Há uma certa preocupação do Governo na resolução dos problemas da criança, porém tudo será resolvido paulatinamente e de acordo com as necessidades de cada município, comuna e bairro”, revelou. Enquanto isso, a relação do jornalista com o acontecimento foi o tema dominante do terceiro dia de trabalhos dos participantes ao seminário sobre Comunicação e Monitoria da participação das mulheres em processos eleitorais, que decorreu no Sumbe (Kwanza, Sul), de segunda a sexta-feira.

A acção formativa teve como objectivo partilhar e consolidar a capacidade dos jornalistas em como fazer o seguimento da participação das mulheres nas eleições, bem como dotá-los de conhecimentos necessários para a cobertura de distintas fases do processo preparatório eleitoral no país. Durante cinco dias, os 25 jornalistas abordaram temas ligados aos “mídia” e sua influência na atitude das pessoas, imagem positiva ou negativa das mulheres candidatas enquanto mães e donas de casa, bem como mulheres candidatas, seu sucesso nos “mídia”, sua imagem e visibilidade nos meios de comunicação.

A objectividade e subjectividade da notícia, princípios de isenção, ética deontológica, a linguagem e critérios de selecção da notícia foram outros temas discutidos durante o encontro. O seminário foi promovido pela

ONG Ajuda Popular da Noruega (APN) em colaboração com o Clube de Jornalistas do Kwanza-Sul (CjKS).

5.4 Apresentado primeiro dicionário de língua gestual em Benguela

Jornal de Angola... 20-06-06

UM dicionário de Língua Gestual Angolana, para portadores de deficiência auditiva, foi apresentado sexta-feira em Benguela, pela direcção da Escola do Ensino Especial local.

Segundo o director da instituição, Osvaldo Gomes, o dicionário abarca especificamente gestos e pode ser usado não só em escolas especiais, mas por todas as crianças portadoras de deficiência auditiva. Este sistema, avançou, tem a vantagem de possibilitar a comunicação entre os próprios alunos com os seus professores e encarregados de educação. De referir que no mesmo dia foi igualmente inaugurado um sistema solar de comunicação para portadores de deficiência auditiva. O mesmo funciona com energia eléctrica e solar. O sistema actua nas próteses auditivas, fazendo filtragem na comunicação e permite maior fluidez. As actividades enquadram-se nas comemorações do 15º aniversário da criação da Escola do Ensino Especial em Benguela e na jornada do dia Internacional da Criança Africana, assinalado no passado dia 16.

A Escola do Ensino Especial de Benguela alberga, em dois turnos, 500 alunos com deficiências auditivas, de fala, visual e mental. Tem 10 salas de aula e lecciona da primeira a oitava classe.

A língua gestual é utilizada pela comunidade surda e é feita através de gestos combinados com expressão corporal, apresentando todas as propriedades específicas das línguas orais.

5.5 Mais de três mil funcionários da educação serão promovidos em Luanda

Jornal de Angola... 09-06-06

O director provincial da Educação de Luanda, André Soma, disse recentemente, que três mil e 800 funcionários daquele ramo de ensino vão ser promovidos.

André Soma fez estas considerações durante uma visita efectuada às escolas nº 823 e 824 na comuna do Mu-

zondo, que dista a 40 quilómetros da administração municipal de Cacuaco. O responsável anunciou que os subsídios de chefia a nível da educação serão implementados já, nos próximos dias. Para se auferir o subsídios de chefia é necessário que a escola esteja em pleno funcionamento. Quer dizer que para se pagar o prémio a um director é necessário a existência dessa escola. Este processo está em fase final e acredito que nos próximos dias os beneficiários vão começar a receber os seus respectivos valores, conforme o estipulado na, lei", referiu.

Explicou, por outro lado, que a Delegação provincial da Educação está a fazer um levantamento de professores mal enquadrados no sentido de se regularizar a situação. No entanto, André Soma mostrou-se preocupado pelo facto de se registar, ainda, absentismo por parte dos professores nas escolas devido ao atraso salarial;

Por outro lado, o responsável do sector da Educação de Luanda defendeu a necessidade de haver reuniões pedagógicas no sentido de se baixar o índice de reprovação. "Os professores do ensino secundário devem reunir quinzenalmente. Os do ensino primário semanalmente, ao passo que os coordenadores devem reunir mensalmente. Considerou que o ensino em Luanda não deve apresentar simetrias, entre o que faz e se desenvolve nas zonas urbanas, em relação às periurbanas e às suburbanas. Durante a visita, André Soma radiografou a situação do ensino naquelas paragens e auscultou as preocupações de responsáveis das escolas, professores e funcionários de base.

Questões relacionadas com a alimentação para os professores que pernoitam nos estabelecimentos de ensino devido a distância (escola/casa), acerto de categorias, material didáctico foram outras das questões levantadas. No final da visita, o responsável fez entrega de material didáctico electrodomésticos e bens alimentares aos funcionários do seu sector.

Recorde-se que, André Soma ofereceu um gerador ao professor Adriano Ramos Pinto que completou 72 anos de idade. O aniversariante, visivelmente emocionado pela contemplação, agradeceu o gesto tendo afirmado que trabalha há 43 anos como professor...

Na próxima terça-feira, André Soma vai radiografar as escolas sedeadas na área da Camama, município do Kilamba Kiáxi.

5.6 Jovens pouco interessados em questões eleitorais na SACD

Cruzeiro do sul...17-06-06

A participação da Juventude nos processos eleitorais em Angola e em todos os países da Região Austral do Continente africano é fraca.

A constatação é do Instituto Eleitoral para a África Austral (EISA) que realizou um estudo, a propósito, nos 14 países que compõe a região austral do continente. De acordo com o Representante do EISA em Angola, Augusto Santana, em declarações ao *Cruzeiro do Sul*, a situação deve-se a factores históricos. Santana argumentou que Angola viveu um período de guerra muito longo que dividiu as pessoas e agora é preciso encontrar caminhos comuns.

"Nem todos os todos os itens têm as mesmas aspirações de um partido e doutro. Uns querem uma casa, um crédito, um carro, algo que toca a sua vida para frente", sublinhou. Prosseguiu, "há uma tendência de procura constante de algo que os divide e há que olhar para a questão da reconciliação nacional".

O representante do EISA reforçou que a juventude angolana precisa de ser motivada a acreditar mais nas suas capacidades e nas suas responsabilidades no processo eleitoral. O facto foi motivo da realização de uma mesa redonda em Luanda sobre "Juventude e as Eleições" de 13 a 14 deste mês. A iniciativa prossegue nos próximos dias no "Namibe, Moxico e Lundas, com o fito de mobilizar os jovens nas tarefas eleitorais, como é o caso da campanha de recrutamento de brigadistas.

A Juventude angolana é a franja social que , vai decidir nas próximas eleições, por constituir o maior grupo do universo populacional do país.

5.7 Quem desviou o salario dos professores

Independente...10-06-06

As aulas na província do Bengo estão paralisadas há duas semanas. Desde o último dia 29 de Maio, os professores cruzaram os braços, as portas das escolas fecharam-se e os alunos estão exasperados em casa.

As negociações do governo local com o simprof já começaram entre os principais pontos constantes do caderno reivindicativo, apresentado ao governo local pelo sindicato dos professores, despontam as reclamações pelos salários referentes ao mês de Novembro do ano passado que, até ao momento, não foram

liquidados. Pelo que, segundo a fonte a que o INDEPENDENTE teve acesso, se vislumbram grandes possibilidades de se ter dado destino incerto aos valores em causa. Segundo contou, as suspeitas começaram quando, no ano passado, se fez o pagamento dos salários até Dezembro aos novos professores enquadrados no mesmo ano, sem que, no entanto, se tivesse pago o Novembro. "Recebemos garantias de que receberíamos o salário de Novembro pouco tempo depois de termos recebido o Dezembro. Mas onde já se viu receber primeiro o Dezembro e depois o Novembro?", indagou-se desta forma o nosso interlocutor que, por sinal, é também um dos prejudicados.

A partir daquele altura os professores passaram a ser ludibriados com a explicação de que a causa do atraso se devia a complicações nas movimentações bancárias, mas volvidos mais de seis meses a verdade veio ao de cima: "o dinheiro terá sido mesmo roubado." Os professores decidiram então cruzar os braços e apresentar ao governo local um conjunto de reivindicações, já que em 2003 viveram o mesmo problema, quando, simplesmente, ficaram sem salários de três meses. Mas desta vez o simprof local colocou e exige do governo local que resolva os dois pendentes, para que os professores retomem as suas actividades.

O executivo do Bengo reuniu com o sindicato pela primeira na última terça-feira, 6, sem que tivessem chegado a acordo, tendo-se, com efeito, transferido o novo encontro para quarta-feira, cujas conclusões o INDEPENDENTE não pode tê-las em tempo o útil. Mas este jornal sabe que, para além dos dois aspectos acima referidos, constam, ainda do caderno reivindicativo o pagamento do prémio de exame de 2005, a atribuição do número do Cartão de Identidade do Funcionário (CIF) , bem como a melhoria das condições de trabalho dos professores.

5.8 Direito da criança domina mesa redonda

Terra angolana... 2ª quinzena

A criação pelo governo de espaços de lazer educativo a definição de justas políticas sociais, o registo de nascimento das crianças, a atribuição de emprego ,as famílias desfavorecidas, punição exemplar às pessoas que empreguem crianças, constam entre as mediadas sugeridas por responsáveis de diferentes organizações governamentais e não governamentais, das igrejas, e da sociedade civil. Que no seu dia-a-dia lidam com a situação das crianças, durante uma mesa Redonda, realizada em Luanda, no dia 16 de Junho, no âmbito das comemorações do dia da Criança Africana.

Co-organizado pelo ministério do Interior e o Instituto nacional da Crianca - INAC com o apoio do Fundo das nações unidas para a infancia, o forum foi orientado pelo titular da pasta do interior o general Roberto leal monteiro "Ngongo" e contou ,ainda com a participação de representantes do Ministérios da familia e Promoção da Mulher, e emprego e Segurança Social, tendo se constituído numa oportunidade de reflexão sobre a problemática da criança. De acordo com o ministro do Interior, a pobreza das famílias, o alcoolismo, consumo de drogas e a tensão psicológica, ocupam o topo da lista das causas da ,violência contra a criança que inclui também o analfabetismo, a degradação de valores morais e cívicos bem como o desconhecimento dos direitos da criança.

Em Angola o quadro actual da situação da criança é preocupante e muitas situações contribuem para o seu agravamento, nomeadamenete a ausência de responsabilidades paternais as diferentes formas de violência que incluem até mesmo abusos sexuais. Privação de liberdade, expulsão de casa, trabalho forçado e discriminação. O lar, a vizinhança, e escola constituem o ambito das ocorrencias, de violência contra a criança. O fenomeno de criança de rua é outra face do problema, afectando com maior incidência as provincias de Luanda, Benguela, lundas norte e Sul e Huambo. Dados avançados pelo ministro do Interior Roberto Monteiro Leal "Ngongo", apontam para a existência nessas zonas de um total de 47 focos com 2 mil 550 crianças entre rapazes e meninas.

Os rapazes dedicam-se à mendicidade ao roubo e actos de violência, enquanto as meninas de empregadas domésticas, companheiras conjugais e prostituem-se com o risco de contrair o VIH SIDA, segundo a fonte que temos vindo a citar, so em 2002 o país, exceptuando as provincias de Cabinda, kuanza norte e cunene, registou 2 mil e 58 crianças na rua. Sujeitas a

actividades desde tenra idade. A luz no fundo do tunel para a inversão da situação actual passa pela adopção de medidas legislativas, tendo o ministerio do interios sublinhado o que chamou de avanços na politica nacional para a criança" que contemplam a revisão do codigo penal, cula proposta inclui 17 artigos sobre protecção dos direitos da criança, o plano nacional de acção e intervenção contra exploração comercial de crianças.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Populares aguardam pelas indemnizações

Independente...17-06-06

A problemática das indemnizações aos populares residentes nas cercanias do novo aeroporto de Luanda, ao quilómetro 38, levou, recentemente, centenas de famílias à sede da Assembleia Nacional para protestarem contra o facto

Os populares foram recebidos pelos deputados da 93 Comissão dos Direitos Humanos, onde trataram das indemnizações devidas pelo Estado fruto das expropriações dos seus terrenos que, há muito tempo, as autoridades não se dignam em pagar. O facto é que os deputados dessa comissão também não conseguiram dar nenhuma explicação aos populares alegando que a construção do novo aeroporto não passou pela sua aprovação. Mas estes prometeram, no entanto, escrever ao chefe da Casa Militar da Presidência da República. Os camponeses dessa zona, da comuna de Bom Jesus, viram as suas lavras desfeitas em Julho do ano transacto, o que esteve na base dos mesmos se deslocarem a Casa das Leis, segundo Pedro Pina, um dos lesados é o facto de não receberem informações por parte de quem de direito relativamente ao prometido: alojamento e indemnizações.

"Desde Julho de 2005 que fomos desalojados das nossas casas e lavras, alias deixamos todos os nossos haveres que lá haviam, desde mangueira, mandiocueiras, cajueiro etc. Há ainda situações de pessoas que não querem deixar as casas e estão a queimá-la com seis haveres. Nascemos e crescemos neste local", desabafou Pedro Pina à nossa reportagem. Sabrita Pacheco confessou que, "os chineses já arrancaram todo e por isso impedem-nos de nos aproximar ao local porque esta cercado de militares afecto a Guarda Presidencial".

As centenas de camponeses ficaram assim desempregados, cuja sobrevivência estava apenas no cultivo. "Estamos a passar fome e sem as indemnizações não sabemos o que fazer".

E as crianças deixaram de frequentar a escola, porque o Governo destruiu todo, segundo ainda alguns populares. O INDEPENDENTE apurou junto do Tribunal Provincial do Bengo que existe um processo judicial que perdura há seis meses contra o Gabinete de

Reconstrução Nacional, mas o julgamento até hoje não tem data prevista. A jurista Helena André disse que o que está acontecer é a expropriação por utilidade pública sempre que, por necessidade de realização de interesses públicos do Estado, se retira parte ou a totalidade das terras de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Adiantou que é importante notar que não pode haver expropriação por utilidade pública para a realização de fins pessoais ou particulares.

"Entende-se de utilidade pública a construção de uma estrada, de um hospital, de uma barragem hidroeléctrica, de uma escola pública, etc". Mesmo envolto em polémica, o novo aeroporto estará bem localizado, visto que não existem casas nos seus arredores. O terreno aonde estará a nova empreitada é de 100 quilómetros quadrados. O aeroporto, segundo alguns técnicos, assemelha-se aos mais referenciados do mundo e terá uma capacidade de movimentar 15 milhões de passageiros por ano. Na primeira fase, vai construir-se duas das quatro pistas previstas que terão a capacidade de receber os maiores e mais modernos aviões do mundo.

Haverá ainda uma autoestrada circular que vai sair da cidade até ao novo aeroporto internacional nos sentidos norte e sul e pela via expressa Viana/ Luanda. O aeroporto estará pronto apenas em 2010..

6.2 Militares da UGP atacam populares no Cochi

Agora... 17-06-06

Quando menos se esperava, a povoação foi surpreendida na sexta-feira, 7, por um grupo de militares afectos à Unidade da Guarda Presidencial (UGP) que, sob ameaças de armas de fogo, queimaram as cubatas e destruíram todos os seus haveres.

A zona do Cochi está localizada entre o município de Viana, Luanda, e a comuna do Bom-Jesus, Bengo. Ali viviam, há mais de 50 anos, perto de 50 famílias, entre crianças, jovens, velhos e adultos, hoje expostos ao relento devido à implementação de vários projectos de interesse público, com maior incidência para o futuro Aeroporto Internacional. Segundo apurou o AGORA, no dia 27 de Junho do ano passado, uma comissão multisectorial liderada pelo ministro dos Transportes, José Luís Brandão, se havia deslocado ao terreno onde está a ser construído o futuro Aeroporto, no sentido de negociar com os populares que ali residiam e praticavam actividades agrícolas.

Ficou acordado que os populares deveriam ceder o

terreno ao Governo e, em contrapartida, seriam indemnizados pelas suas lavouras, ao mesmo tempo que lhes seriam entregues residências e outras terras para cultivo. Mas, as palavras de Luís Brandão, testemunhadas pelo ministro da Agricultura, Gilberto Buta Lutukuta, não passaram de promessas, uma vez que, passado quase um ano, os populares continuam sem saber para onde ir. Quando menos se esperava, a povoação foi surpreendida na sexta-feira, 7, por um grupo de militares afectos à Unidade da Guarda Presidencial (UGP) que, sob ameaças de armas de fogo, quairnaram as residências (cubatas) dos populares e destruíram todos os seus haveres, conforme relatos das vítimas. "Até os velhos não foram poupados. Todo aquele que mostrasse resistência era torturado brutalmente pelos militares da UGP", disse Maria Van-Dünen, uma das vítimas, acrescentando que os disparos feitos pelos militares fazem recordar os tempos em que o país vivia a guerra civil que ceifou milhares de vidas humanas e destruiu infraestruturas. "Desde o dia 7, a povoação tem estado submetida debaixo de fogo", frisou.

Os militares da UGP, comandados pelo general Jesus que é coadjuvado pelo senhor Angolano, normalmente, fazem o gosto ao gatil a partir das 18 horas deixando os populares em alvoroço. Dizem mesmo que não fosse o recurso à força das armas a população não deixaria o local.

"A unidade da UGP que foi montada na zona onde está a ser construída a pista do novo aeroporto está a tirar o sossego à população. Todos os dias somos atacados fazendo lembrar a guerra entre o MPLA e a UNITA", disse Francisco Vunge, outra vítima. Este cidadão foi brutalmente espancado tudo porque, na altura em que queimavam a sua cubata queria retirar de lá os seus documentos pessoais que também não foram poupados.

Disse por outro lado que, a campanha de recrutamento de militantes que o MPLA está a levar a cabo naquela localidade poderá fracassar em função das condições paupérrimas em que estão votadas os populares. Reagindo às denúncias das nossas fontes, o Ministério dos Transportes através do seu assessor de imprensa, Luís Paulo, diz que estes populares são oportunistas uma vez que, segundo as suas palavras, foi criada uma comissão na qual estão integrados representantes do Ministério dos Transportes, do Gabinete de Reconstrução Nacional e do Governo da província do Bengo, que tem estado a trabalhar para que os lesados sejam indemnizados. "Trata-se de um projecto de grande envergadura que está a ser implementado. As famílias estão a ser indemnizadas e, aquelas que estão

a reclamar não passam de oportunistas", disse. Ainda na senda das demolições, esta segunda-feira, 10, alguns populares de Viana, área do Zango, Bairro "Muxima Moxi", junto ao projecto chinês denunciaram mais um processo de demolições de casas levado a cabo por, segundo os populares, elementos afectos à Casa Militar e da Polícia a mando do Governo Provincial de Luanda. Os populares estão ao relento mas, até agora, não se vislumbra uma saída, da parte das entidades governamentais locais, para uma solução favorável aos lesados. No entender do administrador municipal de Viana, Pedro Albeto, não se trata de demolições mas de um processo de transferência inserido no programa de edificação de novos empreendimentos em Luanda.

Em reacção às denúncias feitas pelos populares à Rádio Eclésia, Pedro Alberto, disse também que as pessoas abrangidas nesse processo, na sua maioria camponeses, foram previamente informados mas, admite que nem todos tomaram conhecimento no devido momento, porque alguns têm no terreno algumas cubatas provisórias enquanto iam fazendo actividades de cultura, e vivem nas outras localidade. Adiante, o administrador garantiu que está salvaguardada as preocupações dos populares.

De realçar que, as casas estão localizadas há sensivelmente 20 metros das casas do projecto Zango. No município do Cazenga, na Zona dos Nulevos, perto de 30 famílias assistiram a semana passada a demolição das suas casas. No terreno, segundo denúncias, será construído o novo aterro sanitário. "Agentes da Polícia chegaram aqui e, sem meias medidas começou a partir as casas, alegando orientações do GPL", disseram os populares que clamam por justiça.

6.3 Governo aprecia plano de fomento da política habitacional

Jornal de Angola... 29-06-06

O Governo apreciou ontem, em reunião do Conselho de Ministros, os projectos relativos à sua estratégia para o fomento da política habitacional.

Reunido na capital do país na sua quinta sessão ordinária, sob orientação do Chefe de Estado e do Governo, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros procedeu a uma primeira abordagem do pacote legislativo relativo à política habitacional e gestão urbana. De acordo com o comunicado distribuído à imprensa no final do encontro, neste sentido foram apreciados os projectos sobre a estratégia do Governo para o fomento da política habitacional, das bases gerais do fomento habitacional

e do licenciamento das operações urbanísticas de loteamento e obras de construção.

Segundo o documento, com estes instrumentos, o Governo pretende "dar resposta às necessidades do mercado habitacional, ante a escassez da oferta de habitação condigna e economicamente acessível para a maioria da população angolana, associada à pressão demográfica nos principais centros urbanos do país".

O Conselho de Ministros apreciou igualmente o projecto de diploma que cria o instituto do Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, órgão técnico operativo tutelado pelo governo provincial e que terá, dentre outras, a tarefa de promover e coordenar todas as actividades de ordenamento, planeamento e gestão urbana da província de Luanda. O Órgão colegial do Governo aprovou, por outro lado, o projecto para extensão do sistema eléctrico de distribuição em baixa, média e alta tensão nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, no âmbito da resolução dos problemas da rede eléctrica da província de Benguela. Com este projecto, de acordo com o comunicado de imprensa, o Governo pretende resolver o problema de fornecimento de energia eléctrica às zonas peri-urbanas, permitindo beneficiar um conjunto de 12 bairros e uma população estimada em cerca de 142 mil 450 pessoas. Na sessão de ontem, o Conselho de Ministros aprovou ainda o acordo de cooperação entre Angola e a República da Namíbia no domínio da defesa, com base no respeito aos princípios de reciprocidade de vantagens, da salvaguarda da soberania, independência e integridade territorial de cada país.

O Governo aprovou igualmente o protocolo de cooperação entre Angola e a República de Cuba no domínio dos desportos. Este protocolo, de acordo com o comunicado, prevê a vinda a Angola de técnicos cubanos para ministrar acções de formação e superação de quadros técnicos, nomeadamente, treinadores, árbitros e juízes, a troca de experiências e formação no domínio da medicina desportiva. O intercâmbio de delegações de diversas modalidades, para participarem em competições ou estágios desportivos, está igualmente previsto neste protocolo.

O Conselho de Ministros aprovou também cinco contratos celebrados entre o Ministério das Pescas e a empresa espanhola Drassanes D'arenys, SA, para o fornecimento de embarcações de pescas ao país, predominantemente do tipo artesanal. Os referidos contratos contemplam a formação de pescadores angolanos, sendo que a sua execução gerará cinco mil 784 empregos.

6.4 Para quem serão construídas as 200 mil casas

Capital... 10-06-06

A quem as autoridades pensam destinar o conjunto de habitações que o país vai erguer nos próximos três anos, conforme um projecto apresentado esta semana ao Conselho de Ministros? À juventude que, na verdade, resente dessa necessidade básica certamente que não, mantendo-se a exclusão de quem tem sido vítima.

O país vai, dentro dos próximos três anos, ver nascer mais habitações, num universo de 200 mil unidades, a serem edificadas nas 18 províncias de Angola. O projecto é do Gabinete de Reconstrução Nacional, que esta semana apresentou à Comissão Permanente do Conselho de Ministros. Trata-se de apartamentos do tipo T3, com 120 metros quadrados e T4, com 150 metros quadrados, que hão de configurar edifícios de até 14 andares, circundados por complexos escolares, áreas de lazer, parques de estacionamento, entre outras infra-estruturas complementares.

Em relação a capital, ficou remetido para outra ocasião a discussão de um mega projecto sobre a construção da Nova Cidade de Luanda. Aqui serão edificadas 120 mil unidades, capazes de albergar quatro milhões de pessoas, numa área projectada em 800 quilómetros quadrados de superfície. À província de Benguela caberá 25 mil unidades, Malanje 10 mil, Huambo 12 mil, e Bié, Zaire e Huíla cinco mil, respectivamente. Duas mil e quinhentas unidades deverão ser construídas nas regiões de Kwanza Norte e Sul, nas Lundas Norte e Sul, no Namibe, Bengo, Cunene e Cuando Cubango.

O projecto é ambicioso, sendo também uma mais valia para o desenvolvimento do país. Todavia, pode pecar por não se saber quais virão a ser os critérios de acaso.

6.5 Futungistas querem construir 200 mil casas

Folha8... 10-06-06

O gabinete de Reconstrução nacional, que funciona na dependência do presidente José Eduardo dos Santos, apresentou no dia 07 ao governo um projecto para a construção de cerca de 200 mil fogos no país nos próximos três anos.

O projecto, que dominou a reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, realizada no Palácio da Cidade Alta, prevê a construção de apartamentos do tipo T3, com 120 metros quadrados, e T4, com 150 metros quadrados, em edifícios que podem ter um máximo de 14 andares. Os prédios serão integrados em complexos habitacionais que incluirão zonas para escolas e serviços de saúde, áreas de lazer e parques de estacionamento, entre outras infra-estruturas de apoio social.

O projecto apresentado ao governo prevê a construção da denominada Nova Cidade de Luanda, com 120 mil fogos, numa área com cerca de 800 quilómetros quadrados nos arredores da capital. O Gabinete de Reconstrução Nacional é liderado pelo general Hélder Vieira Dias "Kopelipa", também Chefe da Casa Militar do Presidente da República, prevê a construção de habitações em todas as províncias, sendo as mais beneficiadas Benguela, com cerca de 20 mil, Huambo e Malanje, com cerca de 10 mil fogos cada.

Não foi revelado o valor do investimento previsto para a concretização deste projecto, nem a forma como será financiado, mas ainda assim a Comissão Permanente do Conselho de Ministros decidiu, que a equipa técnica que elaborou o projecto deve continuar a trabalhar para permitir uma melhor adaptação aos hábitos e costumes de cada região.

Por outro lado, o Conselho de Ministros decidiu adiar a discussão relativa ao projecto de construção daquela que é designada como a Nova Cidade de Luanda.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Reabilitação da rede eléctrica no Namibe custa 25 milhões de dólares

Jornal de Angola... 19-06-06

Vinte e cinco milhões de dólares estão a ser investidos pelo Governo angolano na reabilitação da rede eléctrica dos municípios do Namibe e do Tômbwa, disse, recentemente, na cidade do Namibe, o director da Empresa Nacional de Electricidade (ENE) na província, Vidal Gonçalves.

Segundo o responsável, o valor disponibilizado, repartido em 15 milhões para o município do Namibe e 10 milhões para o Tômbwa, faz parte da linha de crédito da China. O projecto visa reabilitar e substituir os cabos da rede de média e baixa tensão de seis e 15 kilowatts da zona industrial do Saco-Mar, do aeroporto local e da central de captação de água da zona do Benfica. Adiantou que, em paralelo com a execução do projecto da linha de crédito da China, a Empresa Nacional de Electricidade está a reabilitar a central eléctrica do Chitoto e dois grupos geradores no município do Tômbwa.

Para a execução das obras de reabilitação da rede eléctrica dos municípios do Namibe e Tômbwa encontram-se já "na província 60 chineses, entre técnicos e operários.

7.2 Assistência sanitária encarece na capital

Jornal de Angola... 20-06-06

OS preços da assistência Sanitaria vêm encarecendo com o decorrer do tempo. A tabela demonstra que com o aumento do número de centros e postos de saúde, estão a diminuir os preços médios das consultas e do internamento, enquanto (ao contrário do que era de esperar) vêm aumentando os preços de análises clínicas.

Enquanto nos subúrbios de Luanda a assistência sanitária vem baixando de preço, nos bairros urbanos há tendência para manutenção dos preços elevados. São os seguintes, os serviços que registam genericamente aumento de preços: análise a fezes (aumento em 138% em relação a Novembro de 2003), hemograma (aumento em 105%), teste de Vidal (aumento em 94%), Análise à urina (aumento em 92%), gota espessa

(aumento em 47%) e extracção de dente (aumento em 43%). O gráfico apresenta a variação de preços em relação aos serviços considerados, bem como os preços médios actualmente praticados em relação a cada um deles. É preciso considerar que para permitir uma melhor visibilidade, a escala utilizada no mapa é a logarítmica. Tal como demos a conhecer na semana passada, estivemos em Maio em 102 clínicas e postos médicos de Luanda e Cacuaco, onde procedemos à recolha de preços. A segunda tabela apresenta os preços praticados nos locais que apresentam os melhores níveis de preços.

Os postos sanitários com melhor nível de preços são o Nonó e Castelo, com 88 e 87 pontos percentuais, respectivamente. O Nonó localiza-se no bairro da Petrangol, à rua do Kanyangulo, enquanto o Castelo está localizado no Morro Bento, à rua 21 de Janeiro. Se o Nonó pratica bons preços em relação a consultas, serviço de estomatologia e internamento, o Castelo está melhor em relação a análises clínicas.

Para além destes dois, há mais 7 postos sanitários com bom nível de preços. Aconselhamos uma vista de olhos à tabela de preços, para que o consumidor opte pelos locais que mais lhe convenham.

7.3 Banco Mundial satisfeito com projecto Catoca

Jornal de Angola... 25-06-06

"Para a nossa instituição foi muito importante entender como uma empresa de nível internacional, Catoca, tem contribuído no desenvolvimento sustentável e qual tem sido a sua contribuição social e ambiental na região", disse Olivier Lambert.

O representante do Banco Mundial para a África, Olivier Lambert, que efectuou a uma visita de constatação à Sociedade Mineira de Catoca, com o propósito de entender como o país utiliza os recursos naturais para projectar o seu próprio desenvolvimento, manifestou-se no final satisfeito com o que viu.

Antes de cumprir o roteiro de visita, Lambert manteve um encontro com o director-geral, Ganga Júnior, tendo estado igualmente presentes os directores de Produção e RH/Administração, respectivamente, Serguei Guerassimov e Te Lirio Pinto Júnior.

Além das operações mineiras e do processo de tratamento nas duas Centrais, Olivier Lambert constatou os programas sociais desenvolvidos por Catoca junto das comunidades, nos domínios do

fenómeno agrícola, educação e fornecimento de água canalizada. Acrescentou finalmente que é preocupação do seu organismo não só constatar os grandes feitos do país, como também projectar a sua boa imagem para além das fronteiras nacionais.

Instado a pronunciar-se sobre o que viu, Lambert disse ter apreciado com bastante agrado o esforço que está a ser desenvolvido por Catoca nos múltiplos domínios de intervenção, sobretudo a atenção dedicada ao homem e às comunidades.

7.4 Vila do Seles terá água potável dentro de 3 meses

Jornal de Angola... 29-06-06

A Vila do Seles, província do Kwanza-Sul, terá brevemente um centro de captação, tratamento e distribuição de água, após 21 anos sem este precioso líquido.

O projecto, visitado recentemente por parlamentares, está orçado em 23 milhões 550 mil dólares e vai beneficiar mais de 95 mil habitantes. Em declarações à Angop, o responsável do projecto, Rodrigues Estêvão, fez saber que está a ser montada, para transportação da água, uma conduta de quatro polegadas.

Sublinhou que três reservatórios estão já reabilitados e foram construídos chafarizes para distribuir água à população da periferia da vila. Enquanto isso, o governador provincial do Kwanza-Sul, Serafim do Prado, deslocou-se na passada terça-feira à cidade do Porto Amboim para avaliar o grau de execução dos projectos financiados pelo Programa de Investimentos Públicos (PIP).

No local, Serafim do Prado visitou a estação de tratamento e captação de água, as obras de construção do Instituto Médio Normal de Educação (IMNE), a administração municipal, o estaleiro dos chineses e o matadouro. De acordo com a agenda do governante, para amanhã estão previstas visitas à aldeia do Ngola Lombo, à fazenda fruta e um encontro com a sociedade civil.

7.5 Governo garante que epidemia da colera esta em franca descida

Jornal de Angola... 09-06-06

O Vice-ministro da Saúde, José Van-Dúnem, garantiu ontem, em Luanda, que neste momento a epidemia de cólera está em "franca descida", como resultado do fornecimento de mais água potável à população.

Falando no final de uma reunião do primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", com os governadores provinciais, o vice-ministro da Saúde disse que a diminuição de casos de cólera não se deve apenas ao fim das chuvas. Para José Van-Dúnem, a diminuição de casos se deve ao facto do Governo estar a oferecer mais água potável e de a população estar mais informada.

"A epidemia está numa fase diferente. As pessoas têm mais conhecimentos, os serviços têm melhor desempenho", disse José Van-Dúnem. Ele apontou como exemplo a província de Luanda, que, nos períodos mais altos da epidemia, tinha à volta de 400 casos/dia e neste momento regista menos de 100 casos/dia. O governante disse que as autoridades vão fazer tudo para que o estancamento da epidemia surja o mais rápido possível. reunião de ontem teve ainda como objectivo criar condições para que, no próximo ano, a epidemia de cólera não volte a acontecer, e, se acontecer, que não tenha as proporções que teve este ano.

"Estamos a ver o que é que temos. que fazer, onde é que temos de melhorar para que a epidemia, a acontecer, tenha contornos diferentes no sentido de números muito menores, seja de casos, seja de mortes, e acho que vamos conseguir", assegurou. Na reunião, que contou também com a presença de alguns membros do Governo, o Ministério da Saúde recebeu todas as garantias dos governadores provinciais no sentido de se dar cumprimento à orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para que se continue a dar atenção à epidemia de cólera.

"Os governadores já estavam envolvidos. Vieram reafirmar o seu envolvimento, e estivemos a trabalhar para afinar pequenos pormenores, visando resultados cada vez melhores", disse José Van-Dúnem. As últimas estatísticas revelam que, de 13 de Fevereiro a 7 de Junho do corrente ano, foram registados 43.316 casos em todo o país, que resultaram em 1.646 óbitos. Luanda comanda a lista com 22.055 casos, enquanto Benguela, com 7.829 casos, registou o maior número de óbitos, 499, seguido de Luanda, com 287 óbitos.

7.6 São Paulo esta uma vergonha

Semanário Angolense... 24-06-06

A Imagem de uma das zonas mais nobres da cidade de Luanda, particularmente do município do Sambizanga, vai ruindo de forma acelerada. Ninguém ousa compará-lo com o «antigo São Paulo», como frisaram alguns dos seus mais longevos moradores. No bairro há mais de trinta anos, estes «paulistas» luandenses, nostálgicos, não conseguem explicar as razões que estão por detrás do elevado nível de degradação, que as autoridades vão assistindo, impávidas e serenas.

O asfalto das ruas outrora «brilhantes» vai sucumbindo, dando lugar, ano após ano, a estradas de terra batida em quase toda a sua extensão. Defronte às instalações da Administração Municipal do Sambizanga existiram, até há três meses, autênticas «crateras» na estrada. Os buracos que estavam nas «barbas» do administrador Eduardo Reis demonstravam claramente a incapacidade para a solução dos principais problemas do bairro, que pertence àquela circunscrição municipal. Quando foi elevado a administrador do município, ele prometeu fundos e mundos para a melhoria das condições no São Paulo, mas não cumpriu. Houve apenas intervenções na reparação dos esgotos da rua de Benguela e as restantes esperam, com as suas águas pútridas, que alguém se lembre delas, assim como Eduardo Reis tratou de mandar reparar a parte frontal do prédio em que vive e o respectivo passeio logo que assumiu o comando do Sambizanga.

«Será que eles não estão a ver o estado das ruas, meus filhos? Isso era bonito, as ruas andavam limpas, havia passeios, enfim. Ali, junto ao Largo da Ambaca, havia um colégio onde estudei. Agora não temos nada. Falar para quê, senhor jornalista? É melhor ficar calada», desabafou apreensiva uma antiga moradora, proprietária de uma cervejaria na rua de Ambaca. Tido por muitos como um bairro da classe média, mesmo nos primeiros anos do período pós independência, as condições infra-estruturais nesta parcela da capital do país, encravada entre o Miramar, Sambizanga, Valódia e o histórico Bairro Operário, regrediram significativamente. É um contraste para quem o viu e conheceu: ruas esburacadas e algumas completamente intransitáveis, águas paradas, esgotos inexistentes ou entupidos, largos destruídos e outros que sequer merecem mais os nomes.

Todavia, o cenário apresentado pelo Semanário Angolense é lisonjeiro, se comparado com a situação em que muitas das estradas e ruas ficam ao tempo

chuvoso, tornando quase todas praticamente intransitáveis. Presentemente, algumas encontram-se já intransitáveis, embora estejamos numa fase do ano em que só por milagre São Pedro deverá abrir as comportas. A rua do Quicombo, literalmente invadida por vendedoras de frescos e legumes, vê-se a braços com o velho problema dos esgotos em quase toda a sua extensão, incluindo os prédios nas suas imediações. A Cristiano dos Santos está entre as piores de todas, sobretudo no entroncamento com a rua de Ambaca (ao lado de uma residência cuja titularidade é atribuída ao chefe do Estado-Maior General das FAA, general Agostinho Nelumba «Sanjar», onde existe há vários anos um charco que as autoridades (provinciais, municipais e comunais) não conseguem drenar. As outras duas artérias são a Garcia Neto e a Comandante Bula. Na primeira, as águas paradas e algumas expelidas dos escoadouros obstruídos estão a arrasar o asfalto, particularmente nas extremidades do restaurante Vouzelense. Sem sombra de dúvida, a pior de todas as ruas neste momento é a Comandante Bula, defronte à Emissora Católica de Angola (Rádio Ecclésia), onde automobilistas e transeuntes encontram dificuldades para circular.

Todas as intervenções feitas na Comandante Bula pela administração municipal ou pelo Governo Provincial de Luanda foram inglórias. Ainda há águas paradas e a situação tende a agravar-se no período chuvoso, mas, ao contrário do que acontece noutras vias, aqui a culpa não morre solteira. Alguns moradores atribuem-na à empresa de refeições «Danado de Bom», que efectuou alguns trabalhos na via.

«Acho que esta empresa (Danado de Bom) não tem nada a ver com isso. A verdade é que os esgotos de todo o bairro São Paulo e de Luanda em geral estão entupidos», contrariou Sakamoto Currosaua, professor. Quanto ao lixo, pessoas ouvidas por este jornal convergiram em que a situação melhorou muito em relação aos anos anteriores, depois da introdução do novo modelo de recolha porta-porta. O principal problema, segundo eles, está no escoamento dos resíduos líquidos. Todavia, alguns moradores e frequentadores do bairro, entre os quais Sakamoto Currosaua, salientaram que a solução seria a criação de uma nova linha de esgotos que pudesse desembocar na Boavista, sem perigar a continuidade dos actuais residentes daquela zona do Sambizanga. Por seu lado, um outro habitante defende um maior papel e intervenção dos coordenadores das comissões de bairro e dos próprios administradores comunais, para a melhoria e fiscalização dos trabalhos na circunscrição. O avultado número de zungueiras é também um dos problemas que inquieta os moradores do São Paulo.

Em cada esquina há uma banheira com mantimentos, mas o principal centro de aglomeração situa-se nas imediações do Cine com o nome do bairro, nomeadamente ao longo da rua Cónego Manuel das Neves até à conhecida paragem da Ecclésia. Aqui as senhoras vendem em plena estrada. «Qualquer dia teremos uma tragédia», avisou um jornalista, que vive nos arredores, acrescentando que «as senhoras vendem tudo: frescos, roupa, detergentes, louça, etc.».

Chamados a retirarem as senhoras do local, os agentes da Polícia Nacional têm sido incapazes, porque muitas vezes não resistem às tentativas de suborno das arrojadas ambulantes. Muitas chegam a estar ligadas afectivamente aos próprios agentes, o que dificulta ainda mais a extinção da também conhecida e perigosa «praça do arreiou-arreiou».

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Reassentados mais de três mil ex-refugiados em Benguela e na Huíla

jornal de angola...21-06-06

O Ministério da Assistência e Reinserção Social no Lobito, província de Benguela, reassentou, desde 2004, mais de setecentos angolanos provenientes dos países vizinhos.

Do referido número a sua maioria é oriunda da RDC. Os ex-refugiados têm beneficiado de apoio material e alimentar do PAM e da Organização Não Governamental "Ocutchiuca. Segundo a representante do Minars no Lobito, Rosário Lourenço, parte deles, com alguma formação profissional, já conseguiram emprego, sobretudo em sectores como os da Saúde e Educação.

Enquanto isso, na Huíla foram reassentados, nos últimos quatro anos, cerca de três mil refugiados vindos das repúblicas da Namíbia, RDC e Zâmbia. De acordo com a directora provincial do Minars, Vitória da Conceição Correia, que falava ontem à rádio Huíla por ocasião do 20 de Junho, Dia do Refugiado Africano, os cidadãos repatriados foram reassentados, de 2001 a 2005, nos municípios huilanos no Lubango, Matala, Chipindo e Caluquembe. O Governo, ainda de acordo com a responsável do Minars na Huíla, colocou à disposição dessas pessoas diversos produtos alimentares, chapas de zinco e kit's de reassentamento, que permitiu fazer com que muitos deles fossem reintegrados em actividades agrícolas, para a sua auto-sustentabilidade.

"O Dia Africano do Refugiado deve servir como um momento de profunda reflexão. No final de quatro anos, cerca de dois mil seiscentos e setenta e três angolanos, provenientes das repúblicas vizinhas da Namíbia, Congo Democrático e Zâmbia, puderam regressar ao país e foram reassentados na província da Huíla, fundamentalmente nos municípios do Lubango, Matala, Chipindo, Caconda e Caluquembe". Por seu turno, quinhentos e 34 angolanos regressados da RD Congo e da Zâmbia, instalados no município do Luau, província do Moxico, carecem de bens de primeira necessidade, como alimentos, vestuário, instrumentos de cozinha e agrícolas.

O chefe municipal da Direcção da Assistência e Reinserção Social, Atanaz Cajila, disse que por dia

chegam cinco a nove pessoas, na sua maioria em estado de saúde preocupante. Segundo ele, a anemia, conjuntivite, sarna diarreias agudas são, entre outras, as doenças que os regressados apresentam. As autoridades controlam 115 crianças regressadas sem os pais e que foram integradas em famílias substitutas.

Outras 56, que também chegaram nas mesmas condições, foram transportadas para as províncias do Huambo, Bié, Malanje, Lunda Sul e Lunda Norte e aos municípios do Moxico, em colaboração com a Cruz Vermelha de Angola (CVA), com vista à sua reunificação familiar.

8.2 Pretensão de Luanda extinguir Mpalabanda não surpreendeu

Ibinda...21-06-06

Cabinda - Não foi uma surpresa quando nesta segunda-feira o presidente da Mpalabanda - Associação Cívica de Cabinda, Agostinho Chicaia, foi informado da pretensão de Luanda de extinguir a única associação de defesa dos direitos humanos no enclave, já que a organização tornou-se num incómodo para Angola logo após o seu nascimento.

Segundo os Estatutos da Mpalabanda, publicados a 5 de Dezembro de 2003, no Diário da Republica, III Série - N/º 96, órgão oficial de Angola, a associação propõe-se a «participar em todas as iniciativas e esforços tendentes à restauração da paz e à solução pacífica do problema de Cabinda». Tem como fins «praticar, promover e divulgar o ideal democrático, a gestão transparente, sadia e responsável dos bens públicos e sociais, o humanismo africano e a solidariedade» assim como «promover uma maior inserção e integração do homem no meio local através da inculcação dos valores culturais autênticos e da prática da solidariedade».

Os principais objectivos da Mpalabanda anunciados por ocasião da sua criação e publicados no órgão oficial angolano são «promover, divulgar e defender os direitos humanos e monitorizar a sua pratica quotidiana denunciando as suas violações», e também «intervir e implicar-se na vida social, política, cultural e económica local, promovendo e protegendo os interesses das populações».

No entanto, o Ministério Público angolano que move a «acção especial de extinção de associação» contra a Mpalabanda considera que as actividades da Associação Cívica de Cabinda são «nocivos ao clima de

paz e concórdia» e promovem uma «forte e organizada agitação das massas e o incitamento à violência e à desobediência civil, à confusão, a tumultos, à desordem pública e social à imoralidade». Como testemunhas, 27 na sua totalidade, avança essencialmente com elementos do próprio aparelho de Estado, como militares, Polícia Nacional, Sinfo (secreta angolana), Polícia de Intervenção Rápida (PIR), Polícia Criminal, que curiosamente nunca testemunharam no passado contra as violações dos direitos humanos em Cabinda.

No mesmo grupo de testemunhas também se destacam varias personalidades da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) e da hierarquia da Igreja Católica em Angola, padres, bispos, arcebispo, administrador apostólico e núncio apostólico, tornando assim difícil fazer a separação das pretensões conjuntas da «acção especial» da Igreja e do Estado para a «extinção de associação». Certo é também que nunca se juntaram tantos para exigir o fim da guerra em Cabinda e denunciar os excessos das violações dos direitos humanos no enclave praticados por algumas instituições hoje representadas como testemunhas contra a Mpalabanda. É marcante também que nas 27 testemunhas para a «extinção» da associação não constam cidadãos comuns naturais do enclave.

Vários observadores lamentaram ao Ibinda.com o facto de Angola não ter disponibilizado também «semelhante batalhão jurídico» para apurar, julgar e condenar as denúncias patentes nos relatórios anuais das violações dos direitos humanos difundidos pela Mpalabanda, e reconhece apenas «esporádicos» acontecimentos «graves» de que «raramente se conhece a condenação». Os mesmos observadores consideram que o «plano de extinção da Mpalabanda» se enquadra numa «estratégia bem definida» que o Governo de Luanda pôs «em marcha» após o fracasso de «pacificar Cabinda pelas armas». Os mesmos apontam que a «velha metodologia» de promover a divisão «tem dado os seus frutos» e «a extinção da Mpalabanda será, supostamente para Luanda, o golpe fatal».

«As fortes divisões na Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) e os seus insultos mútuos», avançam as mesmas testemunhas, «enfraqueceram a acção do movimento e criaram uma problemática hierárquica nociva à sua acção que fomenta fortes divisões internas». Saliem ainda que «a bicefalia reinante hoje em várias instituições como a FLEC e o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) fragilizam a defesa das instituições cabindas e acentuam as divisões». Os observadores apontam o dedo a Luanda

como responsável pelas «cisões em curso» e afirmam que Angola alimentou promessas separadamente, com vários grupos, «colocando-os uns contra os outros». «É a política de Maquiavel, dividir para melhor governar», afirmaram, acrescentando que «quanto mais divididos mais fracos estão».

«Quando acusam de a Mpalabanda ter participado como observador no acto de fusão da FLEC e conseqüente criação do FCD, ao qual também pertence, tal como está previsto nos seus estatutos, não se referem ao facto do primeiro-ministro angolano ter reconhecido no Parlamento os contactos directos com o mesmo organismo com o objectivo de se encontrar uma solução pacífica para o conflito», afirmaram as mesmas fontes. «Será que o Ministério Público também vai processar o primeiro-ministro angolano?», perguntam.

A crise da Igreja em Cabinda é outro dos pontos avançados. «Esta sagrada União entre a Igreja e o Estado também é reveladora da promoção da divisão», dizem os mesmos observadores, «daí que a acção da extinção da Mpalabanda surge uma semana apenas após a tomada de posse forçada do novo bispo, que curiosamente até agora não proferiu uma palavra sobre este assunto», referem. Para os mesmos observadores a suspensão da maioria dos padres de Cabinda, foi também «selectiva», já que foram «escolhidos apenas aqueles que sempre denunciaram as violações dos direitos humanos no enclave».

«Os padres de Cabinda suspensos não eram homens estáticos que não descolavam das suas cadeiras», afirmaram as mesmas testemunhas, «são homens de terreno que iam ao encontro directo do seu rebanho, que os ouviam, e não conseguiam ficar indiferentes». De acordo com as mesmas fontes, foi com esta pré-concepção directa da gravidade dos excessos praticados em Cabinda que «padres e laicos» avançaram com a criação da Mpalabanda.

«As melhores testemunhas que a Mpalabanda poderia ter nesta acção pela sua extinção, eram as centenas de mortos das violações dos direitos humanos em Cabinda, mas os mortos não falam, foram extintos também», afirmou uma das fontes.

Por fim, os mesmos observadores avançam que em Angola, para «acabar com as violações dos direitos humanos em Cabinda, basta acabar com a única organização que denuncia estas violações, porque, para a comunidade internacional, quando não há denúncias não há violações dos direitos humanos».

8.3 Repatriamento de mais de 50 mil Angolanos marca dia mundial dos refugiados

Jornal de Angola... 21-06-06

O Dia Mundial do Refugiado assinalou-se ontem, 20 de Junho, com o início do repatriamento voluntário de mais de 50 mil angolanos exilados na República Democrática do Congo.

Deste número, a repatriar numa acção a ser executada pelo Governo angolano e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) 13 mil, considerados "vulneráveis", encontram-se localizados na região do baixo Congo Democrático. De acordo com uma fonte do Acnur; em 2002 regressaram ao país 85 mil cidadãos, em 2003 cerca de 133 mil, enquanto em 2004 verificou-se o repatriamento de 90.233 mil angolanos.

Angola possuía até 2004 cerca de 500 mil refugiados espalhados nos países vizinhos como a Zâmbia, Namíbia, República Popular e Congo e em menor número na, África do Sul e Botswana. O 20 de Junho de cada ano comemora-se o Dia Mundial do Refugiado, desde a assinatura, em Addis-Abeba, Etiópia, da Convenção sobre a protecção do refugiado, em 1969.

De acordo com uma anterior Convenção, a de Genebra, de 1951, o termo "refugiado" aplica-se a qualquer pessoa que, receando com razão ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou em virtude do dito receio, não queira pedir a protecção daquele país. Porém, o tratado sobre a protecção do refugiado ratificado na Etiópia visava garantir a vida das pessoas afectadas pelas guerras, perseguições, discriminações e intolerâncias reinantes no Mundo.

Dados do Acnur indicam que o número de refugiada; no mundo, em 2005, foi O mais baixo dos ultimo 26 anos Não obstante, um relatório divulgado pela ONU aponta um aumento do número de deslocados internos de 5,4 milhões em 13 países para 6,6 milhões em 16 noutros. Sobre o assunto, o Alto-comissário da ONU para os refugiados, António Guterres, considera de "existente preocupante" a actual situação que se regista em Darfur no Sudão, no Uganda e na República Democrática do Congo.

8.4 Refugiados Angolanos na RDC serão repatriados

Jornal de Angola... 17-06-06

A operação de repatriamento voluntário de 50 mil refugiados angolanos na República Democrática do Congo (RDC) reinicia ainda este ano (2006), provavelmente já a partir de amanhã, terça-feira, 20, data que coincide com as celebrações do Dia Mundial do Refugiado, anunciou, em Mbanza-Congo (Zaire), fonte do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (HCR).

O repatriamento vai ser antecedido de um encontro tripartido entre os governos de Angola, da República Democrática do Congo e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (HCR), em local a indicar oportunamente. Dos 50 mil refugiados a repatriar, 13 mil considerados "vulneráveis", localizados na região do baixo Congo Democrático, serão transportados numa primeira fase através do posto fronteiriço do Luvo, Mbanza-Kongo, (Zaire), anunciou o chefe em exercício do sub-escritório do HCR nesse município, Kofi Dwomo.

O responsável anunciou o facto, no último fim-de-semana na abertura da jornada do Dia Mundial do Refugiado, reafirmando que "o HCR prevê efectivar a operação de repatriamento ainda este ano (2006)". A sua instituição na região, disse, apoia também os esforços do Governo provincial na reintegração social dos retornados, com a construção, nas localidades de maior concentração populacional, de postos médicos, escolas e poços de água. Nesta senda, referiu, o Acnur espera implementar ainda este ano, nas comunas de Madimba e Nkinde (Mbanza Congo), um projecto de construção de poços de água em prol da população local.

O sub-escritório do Acnur na região Norte de Angola atende três municípios, nomeadamente Mbanza Congo, Kuimba (Zaire) e Maquela do Zombo, na província do Uíje.

8.5 Cabinda ja tem novo Bispo catolico

Terra Angolana... 2ª Quinzena

O novo Bispo de Cabinda, D. Filomeno Vieira Dias, chegou ao enclave, onde foi recebido pelas autoridades locais e por algumas centenas de fiéis em ambiente de festa. Tão logo chegou, prometeu trabalhar para a unidade dos cristãos e para o bem estar social de todos os cabindas. D. Filomeno Vieira Dias, que foi nomeado há 16 meses pelo Papa João Paulo II, tomou posse, depois da sua nomeação ter provocado forte contestação na comunidade católica daquele território que Angola considera sua província.

O ritual desta cerimónia teve o seu ponto mais alto quando o bispo foi recebido à porta da Sé Catedral, onde lhe foi apresentada a Santa Cruz, que ele beijou, aspergindo depois os fiéis com água benta. D. Filomeno Vieira Dias seguiu depois para a Capela do Santíssimo Sacramento, no interior da Sé Catedral, para alguns instantes de meditação e adoração. O bispo dirigiu-se depois para a sacristia, onde desenvolveu a celebração eucarística, com a entrega ao novo titular da diocese da mitra e do báculo, que são as insígnias episcopais.

"Com a posse do novo bispo, a Igreja Católica de Cabinda espera reencontrar a vida normal de uma igreja de Cristo, em comunhão com o seu pastor e a igreja universal, liderada na Terra pelo Santo Padre", afirmou o sacerdote, que integrou a comissão organizadora da cerimónia de posse do novo bispo.

O enclave de Cabinda, no norte de Angola, tem cerca de 500 mil habitantes, dos quais 80 por cento são fiéis da Igreja Católica. A Diocese de Cabinda possui nove paróquias, tendo os primeiros missionários chegado a esta região em 1873. O novo Bispo de Cabinda, que era Bispo Auxiliar de Luanda quando foi nomeado pelo Papa João Paulo II, em Fevereiro de 2005, tem 47 anos e é licenciado em Filosofia pela Universidade Gregoriana e doutorado em Teologia pela Universidade Lateranense.

D. Filomeno Vieira Dias, que estudou jornalismo no Instituto Católico de Paris, é actualmente presidente da Comissão Episcopal para a Comunicação Social da CEAST. Entre outros cargos, desempenhou as funções de Reitor do Seminário Maior de Luanda e vice-reitor da Universidade Católica de Angola. Tudo isto acontece numa altura em que a situação no enclave parece conhecer novos desenvolvimentos, sobretudo depois da expulsão, da liderança do movimento cabindês para o diálogo, de Bento Bembe, acusado de traição à causa. Segundo fontes locais o ex dirigente é

acusado de ter realizado encontros não autorizados, ao que parece com entidades do governo angolano. Dizer ainda que a Mpalabanda, Associação Cívica de Cabinda reagiu com violência ao último comunicado da CEAST de 31 de Maio de 2006, no qual a Igreja católica acusa aquela organização de "irresponsabilidade, grosseira falsidade, mistificação da realidade, acusações falsas e gratuitas, parcialidade e mente doentia e fantasista". A Mpalabanda lamenta que os casos de prisões arbitrárias, violações e torturas, inclusive dentro dos templos de Deus, como aconteceu no dia 14 de Maio deste ano sejam considerados como mistificação da realidade. As acusações contra a CEAST não findam por aí.

Considerando o povo Binda, também criado à imagem e semelhança de Deus, a Mpalabanda fez saber que a igreja católica em Angola tem assumido "comportamentos diferentes daqueles assumidos universalmente de defesa dos fracos, oprimidos e explorados" apontando como exemplo o silêncio demonstrado quando o padre Joaquim Mbumba foi alvejado na perna pelas FAA, quando os padres Manuel Nhange, João Maria Futi e Bernabé Lelo Tubi foram "brutalmente espancados" e à alegadas perseguições constantes aos padres Jorge Congo e Raul Taty.

À igreja são ainda dirigidas críticas por não ter denunciado a agressão no interior da Sé Catedral de uma jovem identificada por Augusta, bem como a retenção durante várias horas pela polícia de milhares de peregrinos.